



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS
DOS ANIMAIS**

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 08/12/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Bom dia a todos os presentes nas galerias, a todos os convidados que estão de forma remota, dos quais eu passarei a falar o nome e a dinâmica da nossa audiência pública.

Quero agradecer a todos os cidadãos que nos acompanharão nesta audiência pública, que tratará da poluição causada pelo Polo Petroquímico da região de Capuava e a sua relação com o meio ambiente e a saúde das pessoas da zona Leste e, também, do ABC.

Quero agradecer a presença de todos que vieram participar deste tema extremamente complexo e importante da nossa cidade e da nossa região metropolitana.

Vou seguir o rito de abertura da audiência. Na condição de presidente da sessão, declaro abertos os trabalhos da 8ª audiência pública semipresencial da Comissão Extraordinária e Permanente de Meio Ambiente e Direito dos Animais, sobre o Polo Petroquímico do Grande ABC.

Quero anunciar que está presente, de forma *on-line*, o Vereador Gilson Barreto, membro desta Comissão de Meio Ambiente.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/auditorios-online, e pelo canal de YouTube desta Casa.

Pauta da audiência pública: prestação de contas e busca de respostas sobre quais medidas foram adotadas por todos os representantes dos órgãos públicos e privados envolvidos com a causa ambiental do polo petroquímico do ABC.

Foram convidados para esta audiência pública, os Srs.: Francisco Marcelo de Oliveira, Prefeito de Mauá, que já se encontra na sala aberta; Paulo Serra, Prefeito de Santo André, que não se encontra presente; Geovane Correa de Souza, Vereador de Mauá, que vem presencialmente, mas ainda não chegou e deve chegar no transcorrer da audiência; Ricardo Alvarez, Vereador de Santo André – que nos informou que chegará em instantes presencialmente – Wagner Lima, Vereador de Santo André – presente na tela -; Jean

Gorinchteyn, Secretário de Estado da Saúde – que também não confirmou presença –; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Edson Aparecido dos Santos, Secretário Municipal da Saúde, representado pelas Sras. Sandra Maria Sabino Fonseca, Magali Antonia Batista e Patrícia Salemi; Dra. Patrícia Iglesias, Presidente da Cetesb e alguns representantes, que já se encontram presentes, como o Sr. Cristiano Kenji Iwai, representante da Cetesb; José Luiz Saikali, Promotor Público do Ministério Público do Estado de São Paulo; Fabio Feldmann, ambientalista, ex-Deputado Federal e ex-Secretário do Estado do Meio Ambiente; Dra. Maria Angela Zaccarelli, endocrinologista, uma das primeiras pessoas que identificou o problema na região através de um estudo elaborado sobre a condução do seu trabalho; Dr. Carlos Bocuhy, Presidente do Proam – presente –; Elio Lopes dos Santos, ex-perito do Ministério Público Federal e Estadual, também trabalhou na Cetesb por muito tempo e se encontra presente; Flávio Chantre, representante do Cofip, Comitê de Fomento Industrial do Polo Petroquímico do Grande ABC, consultor responsável pelo plano de comunicação e participação, PCP, oficiado pela Cetesb. Além de todas as pessoas que se inscreveram pelo portal, aos quais peço que se preparem porque, em breve, farão uso da palavra. Quero agradecer a presença de todos. Há um total de 24 inscrições.

Eu queria combinar com os convidados, porque montei um roteiro para uma saudação das autoridades, o Prefeito e os Vereadores, rapidamente; abrir para que pudessem falar: Dra. Maria Angela, Dr. Elio Lopes, Cristiano Kenji Iwai, José Luiz Saikali, um representante em nome da população e Sr. Fabio Feldmann; depois, poderíamos abrir para a comunidade e os inscritos poderem falar. Consulto colegas e convidados se há alguém que tenha objeção. (Pausa) Vamos seguir com esse formato.

Eu queria, primeiramente, agradecer a toda a equipe da Comissão de Meio Ambiente e aos Vereadores, que aprovaram este requerimento para tratarmos desse assunto, que tem preocupado muito a zona Leste de São Paulo e todo o ABC, que é a poluição causada pelo Polo Petroquímico, inclusive, em uma das audiências em que estive com o Secretário de Saúde do Município, Sr. Edson Aparecido, ele falou: “Alessandro, nós estamos com muito serviço devido

à covid, mas muito preocupados com as questões de saúde que envolvem o Polo de São Mateus, porque já identificamos, na nossa Secretaria, problemas naquela região. Inclusive, falei com Paulo Serra e Marcelo, que é o Prefeito, e nós precisamos fazer alguma coisa urgente para tentarmos resolver o problema”.

Quando esse tema chegou até mim, por acaso, nas minhas andanças por São Mateus, confesso a vocês que é um dos temas mais complexos que o nosso gabinete já tratou. Sou Vereador há, aproximadamente, oito anos de mandato, já lidei com várias situações complexas na cidade, mas essa, sem dúvida nenhuma, é uma das principalmente. Nós estamos falando de um possível problema de um polo que é extremamente importante para o orçamento da cidade de Mauá, da cidade de Santo André; para geração de emprego direto e indireto que tem para a nossa querida região metropolitana e que não está no município do qual eu sou Vereador, município de São Paulo. Está fora do município em que eu atuo. É um tema ligado ao meio ambiente, no qual a nossa atuação, enquanto mandato é deficitária.

Quero anunciar a chegada do Vereador de Mauá, Geovane Correa de Souza, a quem convido para compor a Mesa.

Nós estamos tendo que lidar com um problema que é intermunicipal, sendo Vereador de uma das cidades; um problema que preocupa as outras cidades, principalmente, na questão fiscal e orçamentária. E, em dias como hoje, da importância do desenvolvimento sustentável, e, também, da geração de emprego e renda, é extremamente complexo.

Nós saímos da primeira audiência pública com objetivo de montarmos uma comissão de trabalho e de estudos para esse trabalho do polo. Desde abril, estou solicitando uma reunião com o Secretário Estadual de Saúde, e olha que eu já dialoguei com a Câmara Federal, com um deputado federal para me ajudar nessa reunião, já dialoguei com um deputado estadual e já dialoguei também com o próprio Secretário Municipal de Saúde, e a gente não conseguiu avançar nessa temática. Como é uma temática intermunicipal, nós precisamos envolver o Estado nisso para conseguir lograr êxito.

A gente entende que este foi um ano atípico, difícil, o desenvolvimento da vacina, o

atraso, essa dificuldade que teve na relação do Estado com o Ministério da Saúde, então a gente sabe que o Secretário está bastante atarefado. Mas a gente precisa conseguir transpor essa etapa, essa dificuldade momentânea que estamos tendo para que a gente possa conseguir avançar.

O nosso objetivo inicial, meu, do Ricardo e dos componentes que conversaram mais diariamente sobre isso era tentar envolver a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Estadual de Saúde no objetivo de desenvolver, de patrocinar um novo estudo sob esse assunto, para que a gente tivesse nesse estudo... Porque de um lado a gente tem o estudo que foi tocado pela Dra. Maria Angela, do outro tem o Polo negando que... eles não produzem essa toxina, essa poluição que faz mal à saúde, muito menos que tenha relação com a tireoide de Hashimoto. De repente, um terceiro estudo poderia trazer elementos suficientes para nos provar e mostrar que caminho nós devemos seguir.

Então essa foi uma estratégia inicial. Devido à dificuldade que nós tivemos de conseguir reunir atores, de conseguir sentar com os três municípios, eu resolvi dialogar com o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador Milton Leite, e com a Comissão de Meio Ambiente, para que a gente tentasse, como Câmara Municipal de São Paulo, montar um grupo.

Aí, quem quiser integrar conosco será muito bem-vindo, mas que a gente conseguisse fazer uma espécie de trabalho de levantamento, com uma consultoria especializada, renomada, que pudesse nos apontar o que está acontecendo hoje naquela região e como a gente pode agir e intervir sem prejudicar o desenvolvimento das cidades envolvidas, como eu já falei.

Então hoje o nosso objetivo continua sendo nessa linha de trabalho, nessa linha de atuação. O Presidente Milton Leite me autorizou a ir atrás de uma empresa, uma consultoria que pudesse desenvolver esse trabalho em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo. Nós já estamos fazendo diversos contatos com pessoas muito boas sobre isso e eu acredito que em breve, ainda este mês, nós teremos isso fechado para que a gente possa virar este ano já com muito trabalho e muita atuação nessa área para tentar encontrar uma solução para esse

problema.

Dito isto, quero mais uma vez agradecer a presença de todos e a nossa audiência, que tem ganhado corpo, nomes e pessoas extremamente respeitadas na área do meio ambiente, na área jurídica, na área técnica, aderindo, vindo participar conosco dessa audiência e isso ganhando corpo e dando um horizonte que nós estamos no caminho certo. Então eu deixo aqui meus agradecimentos sinceros a vocês todos.

Quero iniciar a abertura da fala, para que faça uma saudação, do nosso querido Prefeito de Mauá, Prefeito Francisco Marcelo de Oliveira. Muito obrigado por sua presença. A gente sabe a importância desse Polo para o Município. Reitero que nós queremos encontrar uma solução para que não tenhamos problemas ambientais nem de saúde, e que a gente consiga manter o emprego e a questão fiscal na região, que a gente sabe a importância disso para a nossa Região Metropolitana. Então muito obrigado pela presença. Seja bem-vindo. O senhor está com a palavra.

O SR. FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA – Bom dia, Vereador Alessandro Gudes. Quero saudar todos os componentes da Comissão, saudar os doutores que estão presentes nesta reunião, os representantes da Prefeitura, do Estado que estão acompanhando, os órgãos de fiscalização, representante do Cofip, Dr. Saikali, da cidade de Mauá, Vereador Geovane Correa, nosso Vereador Líder da bancada na Câmara Municipal da nossa cidade, o Vereador Wagner Lima, Vereador Ricardo Alvarez que também está participando.

Eu fiz questão de participar desta reunião, desta audiência pública e tenho conversado bastante com o Vereador Alessandro Guedes, tenho conversado com o pessoal do Cofip também, do Polo da cidade de Mauá. Nós sabemos, como o Vereador já disse, da importância desse polo na cidade de Mauá e Santo André, para a geração de emprego e renda, empregos diretos, indiretos, também a arrecadação de tributos da cidade. Mas também temos a preocupação e estamos acompanhando a questão da saúde dos moradores daquela região do Sonia Maria, Ana Maria, Oratório.

Então é fundamental que a gente consiga encontrar caminho, nesta audiência

pública, fazendo um trabalho que é necessário ser realizado, visitar, Alessandro – eu não sei se já visitamos -, visitar a empresa, ver como que está lá dentro, junto com a Comissão. É uma sugestão. Eu não sei se já foi feito. E fazer os estudos necessários para que a empresa possa trabalhar a questão do meio ambiente que é fundamental para a nossa cidade, nossa região e para o nosso país.

Portanto estou à disposição para continuar participando da Comissão, das audiências, se precisar fazer visita. Hoje eu não pude estar presente porque tinha algumas agendas já marcadas, mas quero estar presencial também nas próximas audiências que possam ocorrer. E estou à disposição para ajudar também nas agendas que forem necessárias, conversar com o Governo do Estado, com o Secretário para poder participar e que esteja junto conosco nessa caminhada que é fundamental, que é o bem-estar da população da nossa região do ABC e do Estado de São Paulo.

Muito obrigado pela oportunidade. Estou aqui acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Prefeito Marcelo Oliveira. Sua presença é importante e a sua disposição de ajudar nesse diálogo com o Estado é maior ainda. Muito obrigado mesmo. Como eu disse, nós sabemos da importância desse polo para a nossa Região Metropolitana. O que a gente quer é que ele seja com desenvolvimento sustentável, geração de emprego, renda e que proteja o meio ambiente e a saúde das pessoas. Garantindo isso, nossa etapa deste trabalho estará vencida. Muito obrigado.

Quero aproveitar e abrir a palavra, para uma saudação, para o Vereador de Mauá que está aqui presencialmente ao meu lado, Sr. Geovane Correa de Souza. Sr. Geovane, muito obrigado pela presença. O senhor está com a palavra.

O SR. GEOVANE CORREA DE SOUZA – Obrigado, Alessandro. Obrigado. Bom dia a todos os participantes, Prefeito que está nos acompanhando através das redes sociais, do canal via *on-line*.

Esta discussão é extremamente importante e necessária para que possamos de fato acompanhar, possamos de fato estar mais presentes na situação que vem acontecendo na

questão do Polo. Sabemos da importância da geração de empregos, da importância e da necessidade. Mas também sabemos da importância de preservar a saúde das pessoas, não só das que trabalham ali, mas do entorno. Foi mencionado pelo Prefeito Marcelo Oliveira, o Sonia Maria, temos também ali a região do Santa Cecília que está muito próximo do Polo. Então essa discussão é muito pertinente e nós temos que aprofundar e buscar meios de soluções, preservando os empregos, preservando o Polo.

E dizer, Alessandro, que o nosso mandato está à disposição na cidade de Mauá, conte com a gente. E vamos aprofundar mais nessa discussão. Hoje, ao seu convite, é a primeira audiência de que eu participo, mas esse problema é pertinente. Existe uma chaminé no Polo que, toda vez que sobe uma labareda de fogo, a sociedade e os moradores do entorno se assustam e muitas vezes não têm informação do que possa ter acontecido, o que de fato causa aquilo e quais são os danos causados à saúde da população do entorno do Polo.

Então eu quero me colocar à disposição, que daqui para frente o nosso mandato participe e participe de fato com profundidade para mais conhecimento e para ajuda para solucionar esse problema. Conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado pela sua presença, Vereador Geovane. A gente está com essa necessidade de dialogar com a Câmara de Mauá sobre esse assunto e a sua chegada aqui traz bastante para o nosso movimento. Muito obrigado.

Eu gostaria de abrir a palavra, para fazer sua saudação, ao Vereador Wagner Lima, de Santo André, que está presente de forma *on-line*. Vereador, está com a palavra.

O SR. WAGNER LIMA – Bom dia a todos e a todas. Primeiro agradecer mais uma vez, Alessandro, e parabenizar a audiência pública. Acho que é a segunda reunião de que eu participo.

Estou Vereador da cidade de Santo André, mas sou morador ao lado do Polo, no Capuava, nasci aqui, moro há 51 anos aqui, convivo com os problemas da nossa região, de fuligem, dos problemas de tireoide e de vários problemas que a gente tem aqui.

Sabemos da importância do Polo para geração de empregos, arrecadação de

impostos, mas também da importância de ter esse fórum de debates para que a gente possa, de fato, levar algo para a população, até para lhes dar mais tranquilidade, sabendo, de fato, o que acontece. Eu acho que é fundamental a sua iniciativa e de todos os que estão presentes.

Depois da primeira reunião, agora estou participando desta audiência. Tivemos muitas dificuldades, neste ano, como foi falado, um ano de pandemia, de vacinação e o primeiro ano de mandato. Mas quero colocar o nosso mandato à disposição, dizer também que para nós é muito importante, porque a população que mora em torno do Polo Petroquímico espera uma resposta da gente.

Quero participar mais, permanecer atuante neste tema e estar junto com vocês. Coloco o mandato à disposição.

Obrigado pelo convite, por poder participar e contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Wagner Lima, que participou da primeira audiência pública conosco, voltando aqui para dar força a este momento importante.

Está presente de forma *on-line* o Vereador Marcelo Messias. Estão presentes também as representantes da Secretaria Municipal de Saúde, as Sras.: Sandra Maria Sabino Fonseca, Magali Antonia Batista e Patrícia Salemi. Daqui a pouco, abrirei para uso da palavra.

Eu gostaria agora de abrir a palavra à Dra. Maria Angela, para que fizesse uma exposição sobre o trabalho que foi realizado. Foi a partir do estudo que ela coordenou e desenvolveu na Fundação ABC que a gente tomou conhecimento, com os moradores de São Mateus, durante o trabalho que realizamos na região. Em seguida, enquanto Comissão do Meio Ambiente, nós começamos a tratar do assunto.

Dra. Maria Angela, para que todos os nossos convidados entendam a razão da necessidade desta audiência debatendo o tema, eu peço que a senhora faça seu relato. Podemos permitir o tempo de 10 minutos para sua fala. Avisarei quando decorrer oito minutos, depois nós abriremos para outros convidados.

Agradeço mais uma vez a cortesia de sua visita nesta batalha tão importante que

estamos travando. Muito obrigado. A senhora está com a palavra.

Anuncio a presença do Vereador Ricardo Alvarez, de Santo André. Peço que venha compor a Mesa.

A SRA. MARIA ANGELA ZACCARELLI – Bom dia a todos. Muito obrigada pelo convite. Já participei de outra reunião em abril. Estou participando novamente, hoje, com muita honra.

Eu sou neuroendocrinologista, desde 1989 estou realizando estudos na região, com os moradores do entorno do Polo Petroquímico de Capuava. Nós atendemos esses pacientes, em 89, quando iniciamos o nosso trabalho a respeito de uma doença, conhecida como tireoidite crônica autoimune, que produz o hipotireoidismo primário.

Em 2002, nós estávamos no consultório, recebemos o telefonema de um ambientalista, o Dr. Carlos Bocuhy, que estava na região fazendo uma pesquisa de campo a respeito das doenças respiratórias, perguntando, com uma prancheta na mão, a respeito de bronquite e de asma. Ele foi informado, por uma moradora da rua Patagônia, no Parque Capuava, que havia também um trabalho a respeito de doença de tireoide.

Fomos procurados pelo Dr. Carlos Bocuhy e houve a divulgação do nosso trabalho a respeito de uma doença, ainda pouco conhecida, a tireoidite crônica autoimune, o hipotireoidismo primário, em relação à poluição, principalmente aqui no Brasil. A partir daí fizemos a notificação dessa doença.

Em seguida, o Ministério Público, através do Promotor de Justiça, o Dr. José Luiz Saikali, nos convidou para comparecer ao fórum para prestar informações a respeito dessa doença. Assim, nós continuamos nosso trabalho também junto ao Ministério Público, permanecemos realizando a nossa pesquisa com os moradores ali da região, do Parque Capuava, que pertence a Santo André, Sônia Maria e Silvia Maria que pertencem a Mauá e o Parque São Rafael.

O que nos deixou bastante impressionados é que há 12 anos estávamos fazendo a pesquisa, desde 89 até 2002, quando notificamos e colocamos na imprensa a existência dessa

doença, nos três anos seguintes, de 2002 a 2004, nós fizemos mais diagnósticos em três anos do que nos 12 anos. Assim as pessoas estavam doentes, mas não sabiam. Isso nos preocupou muito, porque a tireoidite é uma doença autoimune. A tireoide é uma glândula vital, onde os hormônios de tireoide agem praticamente no nosso organismo como um todo. Também as crianças estavam doentes.

Com a destruição da tireoide, através desses anticorpos que são produzidos com a destruição da glândula, essa glândula não exerce mais a sua função causando o hipotireoidismo primário que é uma doença grave que, se não for tratada, leva ao coma e pode levar à morte.

Nas crianças, se o hipotireoidismo não for tratado, pode alterar funções cognitivas, também de crescimento, de memória e de retardo mental.

Com o andamento do nosso trabalho, através do Promotor de Justiça, o Dr. José Luiz Saikali, que muito nos ajuda, a quem eu devo reconhecimento e os nossos agradecimentos, nós conseguimos recursos.

Além da pesquisa clínica e laboratorial que nós fazíamos com o exame clínico dos pacientes, exames laboratoriais com as dosagens hormonais, os anticorpos e a ultrassonografia da tireoide, nós começamos com esse recurso do Ministério, através do Laboratório de Poluição Atmosférica de São Paulo, da Universidade de São Paulo, e também do IAG – Instituto de Astronomia e Ciências Atmosféricas, nós conseguimos determinar os agentes poluidores da região.

Constatamos esses elementos que, no último relatório da Cetesb que eu li, que me foi levado na semana retrasada no meu consultório, para que eu pudesse olhar aqueles elementos da região, dos chaminés, faz 15 dias que eu li o relatório, mas através da USP, do nosso trabalho, nós conseguimos determinar os COVs, que são os Compostos Orgânicos Voláteis, o Dióxido de Enxofre, nós conseguimos detectar o material particulado e assim os níveis da região – esse trabalho já foi publicado – são bastante elevados quando comparados numa região bem distante do Polo Petroquímico.

Os relatórios que eu recebi e li, há 15 dias, no consultório, me surpreendeu, porque

a Cetesb determina esses elementos, inclusive, de material particulado.

Depois eu queria uma explicação, através da Cetesb, do material particulado 2,5 e 10, dióxido de enxofre, óxido de nitrogênio. Compostos voláteis não havia nesse relatório que eu recebi, mas que não existem valores de referência. E para eu poder analisar isso, no nosso trabalho, que inclusive já que foi publicado em revista internacional, nós determinamos esses elementos e comparamos com regiões distantes do Polo Petroquímico. Porém, nesse relatório que eu recebi, não tem o valor de referência. Por isso eu fiquei meio sem saber a determinação desses elementos químicos. Eu gostaria, depois, de uma explicação.

E a partir desses elementos químicos, que nós determinamos através da Universidade de São Paulo, do laboratório do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, onde determinamos esses elementos, nós já terminamos um trabalho com animais de experimentação colocados na região do Polo Petroquímico e também numa região mais distante, como Embu, por exemplo, e na Fundação ABC, que – vocês sabem – é uma região meio distante do Polo Petroquímico.

E nós já estamos lendo essas lâminas, mas não fizemos só da tireoide, que é a glândula que nós estudamos inicialmente relacionada à poluição, porque a tireoidite crônica autoimune é uma doença para sempre. Não há tratamento. O que nós tratamos é a consequência dela, que é o hipotireoidismo primário, que a pessoa precisa tomar hormônio de tireoide para sempre. Porém, existem outras doenças ali oftalmológicas, otorrinolaringológicas, pneumológicas e dermatológicas também.

Também constatamos nesses animais de experimentação com estudos histológicos - esse trabalho está para ser concluído agora com a patologista, porque nós vamos publicar esse trabalho – que as alterações desses animais são muito grandes em pulmão, em coração, em artérias, em tireoide, em pele, em rins e assim nos causou até bastante surpresa de tantas alterações que nós constatamos nesses animais, que foram colocados durante três meses ali na região. Em estudo histológico, nós não podemos discutir de imagens e assim esse estudo vai realmente mostrar as alterações que esses agentes causam nos tecidos e nesses órgãos. Isso

é muito preocupante.

E também estudamos o biomonitoramento – que vocês já me ouviram falar na outra reunião –, um estudo que nós fizemos em árvores, porque ela é um ser vivo e capta a poluição, e nós determinamos uma quantidade de chumbo muito grande, de cádmio também, realizado pelo IPEN da USP. E no ano retrasado, com a pandemia atrasou um pouco essa determinação dos elementos químicos nas árvores, mas vamos comparar esse estudo de 10 anos. Nós fizemos em 2009 e agora em 2019 nós voltamos na região e encontramos, até surpreendentemente, algumas árvores no mesmo local e, também, esse material já está conosco para que nós possamos determinar os elementos químicos, para que possamos comparar nesses 10 anos o que houve na região.

Assim, nós temos vários trabalhos já publicados. O Instituto de Química da USP também publicou um trabalho e determinou outros elementos químicos, não esses que eu havia dito, que são os COVs, compostos orgânicos voláteis, o dióxido de enxofre, de nitrogênio, material particulado 10 e 2,5, mas o Instituto de Química da USP também determinou os albanos e outros elementos, os hidrocarbonetos aromáticos, e que alguns elementos constatados na região são carcinogênicos. Esse trabalho também já foi publicado. Todos esses trabalhos foram publicados em revistas internacionais, de um impacto bom.

Assim, nós pretendemos agora terminar esse trabalho da histologia dos animais e terminar o das árvores, que nós temos quase concluído, e a partir daí eu gostaria de saber da Cetesb, porque eu não consegui determinar nesse material, que recebi no consultório há 15 dias, os elementos químicos e a quantidade se é diferente de outra região e se a Cetesb compara. Porque no trabalho apresentado da Cetesb não existe valor de referência, mas a descrição é que os elementos químicos estão na faixa de segurança. Mas onde estão os valores de referência, o que pode e o que não pode? Porque quando você compara nesse trabalho que nós fizemos pelo IAG – Instituto de Astronomia e Ciência Atmosférica, vimos um nível muito alto na região e, numa região de controle, o nível mais baixo desses elementos químicos.

E eu gostaria de saber da Cetesb a comparação, e que são, inclusive, elementos

químicos das chaminés que está definido no documento que foi entregue em mãos para mim há 15 dias. Mas esses elementos químicos das chaminés, eu gostaria de saber o valor de referência. E eles são também feitos em outra região para que houvesse uma comparação, porque trabalho científico, nós precisamos de controle e onde que estão os controles de uma região e de outra? Porque eu li, vi os elementos, não estão definidos os COVs, porque os trabalhos internacionais que eu leio, os compostos orgânicos clorados são os que mais poderiam desencadear a formação de anticorpos antitireoide, isto é, esses anticorpos são esses elementos que são formados na glândula tireoide em resposta a esse agente agressor, que nós estamos falando que poderiam ser esses elementos químicos atmosféricos, e esses anticorpos destroem a glândula provocando o hipotireoidismo primário, que é uma doença grave e precisa ser tratada.

E assim, eu gostaria de saber também se há essa comparação, e esses elementos químicos, em trabalhos internacionais já publicados, desencadeiam, principalmente, os COVs – os compostos orgânicos voláteis, eles desenvolvem essa formação dos anticorpos que são destruidores da glândula tireoide.

Estamos continuando os nossos trabalhos. Há mais de 30 anos nós fazemos pesquisas. Estamos cuidando dos moradores, porque pesquisa sem assistência nós não podemos realizar. Esses trabalhos são todos aprovados pelo Comitê de Ética, obviamente, porque nós tratamos de moradores e nós queremos saber as informações.

Muito obrigada. Muito obrigada pelo convite também.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu é quem agradeço a presença da senhora, hoje, conosco, Dra. Maria Angela, que foi a primeira a apontar esse problema através do estudo mencionado por ela. Gostaria de dizer que até permiti um tempo maior do previsto, devido à importância dessa exposição inicial, inclusive, das perguntas que a senhora fez.

Muito obrigado.

Queria aproveitar a chegada do Vereador Ricardo Alvarez e passar a palavra para sua saudação inicial.

O SR. RICARDO ALVAREZ - Bom dia a todos e todas. É um prazer estar aqui

novamente na Câmara Municipal de São Paulo. Quero parabenizar, novamente, o Vereador Alessandro Guedes pela iniciativa de trazer esse tema importantíssimo para o Grande ABC, mas também para São Paulo, para dentro da Câmara, na Comissão de Meio Ambiente. Por isso, o Vereador está de parabéns pelos esforços que têm empreendido no sentido de buscar soluções para esse problema que aflige boa parte da população do entorno do polo. Então, é motivo de satisfação estar de novo na Câmara; e o Vereador Geovane Souza, presença importante da Câmara Municipal de Mauá, aqui também incorporando esse grupo, incorporando os trabalhos e participando do debate de alternativas sobre essa questão.

Peço desculpas pelo atraso, pelo trânsito infernal. Parabenizo o promotor Dr. José Luiz Saikali, que vai participar do evento na sequência; o Sr. Fabio Feldmann, ambientalista, que também está acompanhando, importante adesão nessa luta; a professora Maria Angela, que acabou de falar, entende muito do assunto e trouxe elementos importantes sobre as consequências, para o meio ambiente e para a sociedade, da poluição emitida pelo Polo; e o nosso colega Prefeito de Mauá Marcelo de Oliveira, que participou aqui também no início, participação importante.

Lamento a ausência do Prefeito de Santo André, que foi convidado e não entrou na audiência para dar sua opinião, uma vez que Santo André é um município importante nesse debate; mas quero dizer que a articulação na formação do grupo de trabalho e de incorporação de especialistas, ambientalistas, lutadores do povo na busca de soluções para esse problema está crescendo. Fizemos uma audiência em abril, faremos outra agora em dezembro, a luta vai continuar no ano que vem.

E sem nenhuma surpresa, o polo, nesses últimos seis meses – da audiência de abril para cá -, continua a emitir poluição atmosférica, material particulado, que vem prejudicando as famílias que moram no entorno, poluição sonora, poluição visual – à noite, muita luz noturna. Ou seja, os problemas persistem, e também, sem nenhuma novidade, o polo continua a dizer que não tem nada a ver com o problema. Isso nos coloca mais responsabilidade sobre a sequência dos trabalhos, e vamos continuar investindo no sentido de incorporar mais gente na luta em

defesa da qualidade de vida, em defesa da sociedade, em defesa do meio ambiente.

Então, parabéns, Alessandro. A luta continua em 2022 na solução desse problema. Estaremos atentos e participantes para buscar alternativas para esse problema. Parabéns a você, Alessandro, e a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Ricardo Alvarez, que, quando viu a primeira audiência pública lançada nas redes sociais, entrou em contato com nosso mandado se dispondo a participar e atuar ao nosso lado nessa luta.

Muito obrigado. O senhor também agrega muita força ao nosso trabalho.

Peço que venha compor a Mesa conosco a representação dos moradores da região, Sra. Raquel Fernandez Varela, que é moradora e também faz parte do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC. Sra. Raquel, muito obrigado pela presença. Venha participar da Mesa conosco. Daqui a pouco eu abro a palavra para a senhora fazer sua saudação.

Tem a palavra, entre 5 a 10 minutos, o Sr. Carlos Bocuhy, Presidente do Proam. (Pausa) Ainda não está disponível. Pergunto se está preparado para falar o Sr. Elio Lopes dos Santos, ex-perito do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. (Pausa) O senhor tem até 10 minutos para sua exposição. Avisarei quando estiver faltando dois minutos para o final. Muito obrigado por sua presença na nossa audiência pública.

O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS – Bom dia a todos. Agradeço o convite e parabenizo a condução dessa importante Comissão Extraordinária Permanente do Meio Ambiente. Minha participação nesse processo começou com o inquérito civil lá no Ministério Público Federal. Na oportunidade, nós solicitamos que fossem enviados os memoriais de caracterização do empreendimento da região do Polo Petroquímico, porque, através desses memoriais, temos exatamente a noção daquilo que ele utiliza como matéria-prima, como insumo básico e também das suas emissões, tanto no ar como na água e no solo.

Esse material, de certa forma, foi enviado, mas não veio na sua totalidade. Faltou material de algumas empresas - são cerca de 14 empresas, inclusive uma refinação de petróleo -, enviaram material somente quatro empresas. Então, a coisa foi de certa forma caminhando,

mas, depois, esse inquérito, parece-me, foi arquivado, não houve uma continuidade, e aí surgiu essa Comissão.

Eu tive a oportunidade de verificar alguns desses memoriais e, de certa forma, a empresa apresentou um inventário das suas taxas de emissão. Foi enviado, por exemplo, material da White Martins, de gás industrial. Essa é uma empresa que, por exemplo, tem baixo potencial poluidor; seu problema maior é de acidente ampliado. A Chevron já é um pouquinho diferente, ela tem potencial... (Falha na transmissão).

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Elio, o seu som foi cortado. Ative o microfone novamente, por favor.

O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS – Não sei se vocês chegaram a me escutar antes, mas eu estava colocando que, na oportunidade, na reunião do Ministério Público Federal, foram solicitados memoriais de caracterização do empreendimento - documento que normalmente a empresa encaminha à Cetesb quando do seu licenciamento, e lá estão todas as matérias-primas, produtos elaborados, insumos básicos que ela utiliza – e também um inventário da sua taxa de emissão. Aqui a gente tem uma série de problemas como dióxido de enxofre, compostos orgânicos voláteis, material particulado, COV, óxido de nitrogênio.

Por exemplo, emissão de óxido de nitrogênio – porque são tantos que não daria para ficar nominando todos -, só em uma caldeira são 87 quilos por dia. Tem outras caldeiras que utilizam o gás natural, 266 quilos. E assim vai: hidrocarboneto, 3.526 quilos; hidrocarbonetos voláteis na atmosfera. Isso é só para a gente ter uma ideia de algumas taxas de emissão do polo. Por exemplo, purga de gás natural de reciclo, hidrocarbonetos voláteis: seis toneladas por dia só em um equipamento.

Então, é importante que a gente tenha esse documento e faça uma avaliação e uma reunião com os técnicos da Cetesb, para que os técnicos da Cetesb também acompanhem. E que possamos, por exemplo, ver algumas desconformidades que aparecem, pois, em alguns desses inventários, percebi que são feitos apenas para as chaminés. E a EPE do órgão ambiental de onde eles fizeram isso, através de fatores de emissão que eles destacaram para calcular, há

necessidade de outro da unidade como um todo, porque a unidade evapora como um todo, não é só o sai pela chaminé.

Vejam: temos flanges, selo de bombas, tudo isso, que estão evaporando ali continuamente e que vão para a atmosfera, só que, muitas vezes, não são computados. Só que podem ser computados sim através dos fatores de emissão para os quais se utilizam os dados do órgão ambiental americano. Foi assim que eles calcularam, inclusive, essas emissões de chaminés.

Alguém aqui colocou, acho que foi o Prefeito, a questão da claridade, da emissão, porque tem dois tipos de emissão, temos a emissão que é aquela crítica - de poluição do ar, em função de alguns episódios como, por exemplo, fumaça preta no *flare*, *flare* com chama alta - e tem aquela que é a emissão crônica que são as que nós não percebemos, mas precisam ser detectadas para que tenhamos o total das emissões desse Polo Petroquímico.

Na Refinaria de Capuava, por exemplo, é antiga, data de 1954, era uma empresa privada que, depois, foi incorporada pela Petrobras, ela tem sua semelhança mais ou menos com a Refinaria de Cubatão, que é da década de 50 também. Então ela tem, só para não perder muito, vou citar uma unidade - a principal - que é a FCC, a Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido, onde não existe sistema de controle. E isso a Cetesb precisava exigir deles. Porque o sistema de controle que tem lá não é o da melhor tecnologia disponível. É um ciclone. O ciclone é um equipamento de processo, ele não retém material particulado fino, com a eficiência que teria, por exemplo, um preceptor eletrostático.

Em 1984, em Cubatão, nessa época eu trabalhava na Cetesb, e cheguei a ser o Gerente do Distrito de Cubatão, nós já exigimos a melhor tecnologia prática disponível. Isso em 1984, já quando do Controle Ambiental de Cubatão. E a Petrobras apresentou esse multiciclone que não serve para nada. É um equipamento de processo para aliviar as emissões subsequentes de um equipamento de melhor de tecnologia que seria, como eu disse, um preceptor eletrostático.

Em Cubatão foi exigido esse preceptor eletrostático. Sabe quanto emitia

exatamente para atmosfera? Cinco toneladas por dia. Essa é a emissão de uma FCC, fica entre 5 a 6 toneladas por dia de material particulado, sendo que esse material particulado não é uma simples poeira. Ele tem, praticamente, a Tabela Periódica toda envolvida. Então tem chumbo, cádmio, lantânio, irídio, zinco, manganês, porque é um catalisador. É um catalisador que temos no processo e ele é composto de metais de alto peso molecular, chamados metais pesados.

Então só nesse caso nós já poderíamos observar que precisa haver um refinamento na parte de controle da poluição. Um polo que tem esse potencial colhedor, com uma comunidade próxima do jeito que é ali, os efeitos na saúde serão devastadores, porque só essa questão, por exemplo, da unidade de craqueamento já causa efeitos cardiovascular, pneumoconiose, dermatite, danos pulmonares e até câncer.

A literatura internacional da EPE fala, inclusive, da emissão de dioxinas e furanos nas unidades de craqueamento. E as dioxinas e furanos são poluentes xenobióticos, estranhos à vida, e que têm um potencial muito grande de causar doenças.

Portanto, acho que há necessidade, vejam, não que a Cetesb esteja errada, pois ela cumpriu seu papel lá no início, mas, em função de toda essa problemática e, principalmente, em função do reclame da população - que são constantes, como o próprio Vereador que me antecedeu falou, é algo recorrente e vem de longa data - merece que haja um fim essa questão.

Eu acho, Srs. Vereadores e todos que estão nos assistindo, que em função de todos esses incômodos da população, em função desses potenciais de risco à saúde pública, em função de ser um polo que tem mesmo um potencial poluidor alto e, ainda, em função de termos uma região que já se apresenta saturada - inclusive por ozônio, não sei se por material particulado, não tenho ideia, mas, pelo menos, por ozônio -, há necessidade de ser desencadeado um Programa de Controle Ambiental.

Não se controla poluição, principalmente num polo dessa magnitude, através de ações aleatórias, de vistorias que acontecem de vez em quando. Tem de ser algo que englobe tudo num Projeto de Controle, com levantamentos industriais, com inventário da fonte por parte da Cetesb, e não por parte daquilo que foi informado pela indústria, porque a Cetesb, sim, tem

capacidade para ir lá e fazer o levantamento como tem de ser feito. E ainda precisa se exigir a implantação da melhor tecnologia prática disponível.

Eu ainda diria que precisaríamos fazer uma visita a esse polo, de indústria por indústria, para ver o tipo de controle, realmente, que tem lá. Eu acredito que grande parte desses equipamentos não são de melhor tecnologia.

Essas medidas não impedem que a indústria continue produzindo; não vai trazer desemprego, muito pelo contrário, o controle da poluição acaba gerando mais emprego, porque são equipamentos a serem instalados, gera uma série de atividades de controle que acaba trazendo mais vagas de empregos. Ninguém quer terminar com o polo, nem acabar com a produção, afinal o país precisa disso. Mas nós precisamos respeitar a questão da saúde pública. Era esse o meu posicionamento e me coloco à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Muito bom, Sr. Elio, muito obrigado, de novo, pela sua presença e pela sua contribuição. O conhecimento que o senhor expõe para nós é de grande valia nessa nossa luta, nessa grande jornada. E o que foi falado pelo senhor, eu, o Ricardo e o Vereador Geovane, já estávamos anotando para poder dar sequência ao trabalho, inclusive a população presente aqui. Como há essa dificuldade de sentir o que está acontecendo em plenário, ficou muito satisfeita com a sua explicação, principalmente com sua fala da visita *in loco* para identificar o que tem lá de tecnologia para controle de poluentes. Muito obrigado.

Queria saber se o Sr. Carlos Bocuhy está à disposição? (Pausa) Estou vendo-o na minha tela. Sr. Carlos, muito obrigado pela sua presença, novamente, nessa nossa audiência pública. O senhor já esteve na primeira audiência e, hoje, volta para contribuir. O Sr. Carlos Bocuhy que é Presidente da Proam. Até dez minutos para o senhor, avisando aos oito minutos, quando faltar dois, está bom?

O SR. CARLOS BOCUHY – Muito obrigado. Agradeço o convite para a participação. Parabenizo os Vereadores pela iniciativa absolutamente necessária.

Para mim é muito confortável falar depois da Dra. Maria Angela e do Dr. Elio Lopes

porque eles defendem dois aspectos fundamentais: um, é a exposição; e o outro, sobre as emissões. Há 20 anos, quando conheci a Dra. Maria Angela no início desse processo, isso ocorreu porque nós tínhamos a notícia da ampliação das atividades do Polo e sabíamos que aquele não era o local adequado justamente pela proximidade da população do entorno.

Então, fizemos uma pesquisa baseada em percepção sobre os efeitos adversos relatados pela comunidade e chegamos até a pesquisa da Dra. Maria Angela. As pessoas que participaram desse processo eram conselheiros – hoje, ex-conselheiros – do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

A nossa preocupação é basilar. Se hoje naquela região do ABC Paulista fosse projetado um Polo Petroquímico dessas dimensões, a alternativa locacional seria adequada? Ele poderia se estabelecer em um novo rito de licenciamento com todas as características de emissões? Ele seria admitido como ambientalmente viável? Então, eu queria colocar essa primeira perspectiva que é justamente a questão basilar que nos traz a essa discussão. Se não, vamos ficar trabalhando em uma situação de desconformidade gerada por dois elementos que alternativa locacional inadequada, uma sinergia de enorme poluição que é trabalhar em diferentes unidades do Polo e, por outro lado, uma grande população exposta no seu entorno.

Eu queria fazer por aqui a sugestão do engenheiro Elio Lopes no sentido de um plano de controle, mas com uma ressalva, talvez a melhor tecnologia disponível não dê conta do problema exatamente pela questão locacional por tudo que já foi colocado. Então, é muito provável que um plano de controle de poluição chegue a uma constatação de que algumas atividades terão de ser paralisadas no Polo e nenhuma ampliação poderia ser admitida.

É preciso que a gente paralise essa lógica nefasta que leva a toda essa discussão hoje do aquecimento global que é a procrastinação de medidas diante de situações pré-instaladas. É muito semelhante quando você tem elementos poluidores como as grandes empresas de petróleo que não querem fazer as adequações e nem querem se adaptar a uma realidade que, de forma clara e comprovada, está provocando efeitos adversos à saúde das pessoas, à saúde do planeta. Então, é a mesma questão que se discute hoje com relação ao

aquecimento global que se retrata – no ambiente micro – na questão do Polo.

A questão não é nem saber de quem são as digitais da poluição, mas também a questão da sinergia dessa poluição. Você tem inúmeras fontes que acabam contribuindo para provocar efeitos adversos.

Minha fala é rápida. Essa reflexão, primeiro, a alternativa locacional hoje seria aprovada? Quais seriam as atividades aprovadas e os seus limites? Qualquer discussão que se faça nesse sentido deve se ater aos princípios basilares do licenciamento ambiental e não à tentativa de manutenção de uma desconformidade gerada por um processo que foi equivocado ao longo do tempo.

Eu acho que nisso os especialistas tanto em controle de poluição, como de saúde pública vão concordar com a ideia de que a gente não pode manter um processo que provoque efeitos adversos à saúde pública porque nós estamos tratando de direitos fundamentais que precedem a interesses econômicos.

Então, eu queria colocar essa ordem de prioridade de proteção e concordo absolutamente com o engenheiro Elio Lopes quando ele pede um programa de controle ambiental. Isso não é novidade no Brasil. Isso aconteceu em Cubatão. Foi uma longa estrada para levar Cubatão a uma situação de *modus vivendi* mais adequado que compatibilize a presença das indústrias e da população. Na verdade, nunca chegamos a um bom resultado, a um resultado realmente desejável porque a alternativa locacional era inadequada. Ali foi um erro histórico.

Na região do ABC, deixamos que o erro histórico se propagasse quando a cidade cresceu no entorno do Polo e o Polo cresceu no meio da cidade. Essas atividades foram, ao longo do tempo, ampliadas, potencializadas.

Deixo essas reflexões e fico à disposição no que puder auxiliar e tecendo um elogio pelo valoroso trabalho da Dra. Maria Angela Zaccarelli que, ao longo de 20 anos, vem comprovando os efeitos adversos daquela população e chama atenção para situações como essa onde você tem um guardião. Essa situação exige a presença do guardião. O guardião é a

Cetesb. Então, não podemos deixar de cobrar o papel da salvaguarda que a sociedade tem em casos como esse que é a agência de controle ambiental. Ela tem que fazer a lição de casa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Carlos Bocuhy, Presidente do Proam, que também já participou com a gente da primeira audiência pública e está contribuindo para que a gente consiga êxito nesse nosso projeto. Muito obrigado pela sua presença.

O Dr. Saikali, Promotor de Justiça, falou que chegaria por volta das 11h, mas enquanto verificamos se ele está presente, peço para que faça uso da palavra a moradora da região e integrante do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC, a Sra. Raquel Fernandez Varela, que está presente na mesa.

Muito obrigado pela sua presença. A senhora está com a palavra.

A SRA. RAQUEL FERNANDEZ VARELA – Obrigada, Vereador. Muito obrigada pelo convite. É sempre uma honra quando me escolhem para representar. Eu sou briguenta, mas quando precisa de uma briga, sou eu quem eles chamam.

Agradeço todos os presentes, autoridades - eu não vou me lembrar todos que estão aqui, mas acho que já foram todos saudados por outros e eu, como uma pessoa simples do movimento da rua, vou saudar meus amigos presentes.

Anuncio a presença da Helena que atua no Comugesan, no Conselho de Meio Ambiente de Santo André comigo. Ela é Vice-Presidente do Conselho. A gente já levou esse tema ao conselho. Galera da Juventude do Fridays. Mateus, meu companheiro de partido da Juventude da Rede e meus amigos da região – Douglas, Eneida e Carmen. Muito obrigada por estarem aqui. Saúdo todos meus amigos do movimento que estão aí assistindo.

Sou do MDV, Movimento em Defesa da Vida, do Grande ABC. O MDV é uma entidade de mais de 30 anos que luta contra os desmandos ambientais na região, neste caso no ABC, mas tem MDV da Baixada, enfim. Agradeço muito ao Vereador. É muito importante como o senhor está conseguindo encorpar nas audiências presenças tão relevantes como as dos Drs.

Saikali, Elio Lopes, além das presenças que já estavam na audiência anterior, como o Vereador Alvarez. Na primeira audiência não tinha nenhum Vereador de Mauá. Hoje tivemos até o Prefeito de Mauá.

O movimento vai continuar cobrando. Cobramos bastante na primeira audiência que não tinha ninguém de Mauá. O Carlos Bocuhy sempre impecável, Dra. Maria Angela Zaccarelli. Então, a qualidade técnica que a audiência está ganhando e que nós, simples moradores, precisamos tanto da ajuda dessas pessoas.

Como na primeira audiência, vou falar um pouquinho para quem não ouviu do sofrimento da população do entorno do Polo Petroquímico. Então, a gente fica bastante focado na saúde que, obviamente, é o principal e aquela saúde associada ao que se respira. Mas existe uma série de outros problemas em torno do Polo e não vamos nos calar.

Os odores são constantes. A população liga quase que diariamente para Cetesb para reclamar de odores. A poluição sonora é insuportável. Algumas empresas do Polo parecem que vão sair voando, parece que você mora ao lado da pista do Aeroporto de Guarulhos.

As pessoas não têm paz, não têm sossego. A poluição luminosa à noite; às vezes, parece que é dia quando os *flares* de solo estão todos acionados. Em tese, eles são *flares* de segurança. A gente não entende por que eles estão há uma semana acionados. Quer dizer, a gente está com falta de segurança durante uma semana inteira? Então, a população que mora em torno do Polo, além da constatação dos estudos da tireoidite de Hashimoto, das doenças pulmonares, existe uma série de outros problemas. O problema patrimonial. Uma casa ao lado do Polo não vale a metade do que dois bairros para lá. Ninguém consegue vender um imóvel ao lado do Polo. Existem ruas, logo abaixo do Polo, que um rapaz que trabalha, ali, nas três divisas, me falou para eu ir ver porque existem imóveis para alugar e para a venda há um ano, há dois anos e não conseguem. Quer dizer, as pessoas têm muito sofrimento.

E a saúde, gente, tem a saúde mental também. As sirenes, não é possível que não exista uma tecnologia melhor, de fone de ouvido, para se fazer treinamento *etc.*, porque toda a vez em que uma sirene toca, a população não sabe o que fazer. Se você mora ao lado... Você

sabe o que é treinamento? Você corre ou você fala: “É treinamento”. E no dia em que for treinamento? Quer dizer, no dia em que não for treinamento, a população simplesmente se acostumou com aquelas sirenes constantes. E o sofrimento mental, que eu falo para vocês, a gente é muito atacado, a gente não defende a saída do Polo, apesar de eu fazer minhas as palavras do grande Carlos Bocuhy: a gente não pode permitir ampliações. Mas a gente também tem a brilhante fala do Elio Lopes, desse pensamento obtuso da gestão da região que, eventualmente, se a gente cobrar soluções técnicas de manutenção de filtros, soluções acústicas, a gente vai gerar mais empregos. E as gestões da região tratam o Polo como deus. Então, é um pensamento obtuso.

E, aí, o nosso sofrimento como movimento. Nós somos atacados nas redes sociais: nós estamos de mimimi; nós somos biodesagradáveis, ecochatos; nós queremos acabar com os empregos das pessoas. Nós somos constantemente atacados: estamos recebendo dinheiro de alguma empresa. A gente fala mal da Braskem, falam que a Cabot está pagando a gente. É horrível. Falam para a gente ir embora: “Muda daí”. E, aí, eu vou contar um episódio para vocês, que eu tive com o Douglas e com a Eneida, um dia em que a gente estava na rua, em um projeto habitacional e, aí, a moça falou assim: “Raquel, falam isso para mim. Só tem um problema: isso aqui é o Minha Casa, Minha Vida. Eu tenho de ficar aqui por dez anos, senão eu perco o imóvel. Se dependesse de mim, eu já teria ido embora daqui faz tempo”. Olha isso, gente. Então, a pessoa é atacada na rede social, dizendo que os incomodados que se mudem e a pessoa não tem a possibilidade de sair dali.

Eu vou mudar para a gloriosa Cetesb, fazer coro com Bocuhy. A gente fala com o Polo, fala com as empresas, os Vereadores auxiliam, como representantes do povo, mas a responsável é a Cetesb. A Cetesb faz escárnio conosco. A última reunião que fizeram conosco foi em abril. A Carmen vai dar mais detalhes depois, porque ela tem melhor as datas e essas coisas na cabeça. Nunca mais retornaram. Ficaram de fazer um estudo de onde vinha a fuligem, nunca mais apareceram com o laudo. Ofereceram um laudo dos medidores, que, em uma reunião, eles falaram para a gente que aqueles medidores não medem o que a gente estava

procurando, que era a fuligem preta. E o pior: nós pedimos filtros, nós pedimos soluções acústicas, nós pedimos barreiras de som, nós pedimos para filmar os *flares* – e isso, parece que eles estão fazendo, mas eles não querem disponibilizar as imagens para a gente -, e a Cetesb entendeu que faltava comunicação. Falaram para as empresas do Polo contratarem duas ou três consultorias para ficarem nos perseguindo, e fazerem pesquisas e perguntas. Então, assim, Cetesb, a gente não quer se comunicar com as empresas do Polo. Desabafar eu desabafo com a minha mãe. Nós queremos soluções técnicas para os problemas reais e verdadeiros que a população sofre.

Enfim, faço novamente coro com o Bocuhy: nós não podemos permitir que esse tipo de empreendimento, essa lógica continue. E, aí, não é só o Polo. Têm outras coisas, que estão na região do ABC, que são temas para outras reuniões, que a gente tem de barrar, mas que a gente não pode continuar permitindo ampliações do Polo, como foi feito em 2003. E eu vou concluir com uma reflexão. Outro dia, eu fiz uma palestra sobre isso e, aí, eu perguntei para as pessoas presentes se elas já tinham ouvido falar de Brumadinho. Todo mundo levantou a mão. E, aí, eu perguntei para elas se elas já tinham ouvido falar do problema que a Braskem está causando em Maceió. E dos 60, 70, presentes na Universidade de São Caetano do Sul, três ou quatro pessoas levantaram a mão. E aí, para quem não sabe, têm bairros inteiros desaparecendo em Maceió por conta da ganância, por conta do capital sem fiscalização da Braskem, da mineração de sal-gema. Só que em Brumadinho morreram 300 pessoas. E, aí, a pergunta que eu fiz foi: “A gente precisa esperar as pessoas morrerem?” A gente precisa esperar as pessoas morrerem, para fazer alguma coisa? A gente precisa esperar Cubatão? Começar a nascer gente anencéfala em Santo André para a gente começar a fazer alguma coisa?

Então, Vereador, é muito importante a sua iniciativa e o que você está fazendo, para a gente trabalhar preventivamente em algo que pode ser muito mais grave.

Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigada, Sra. Raquel, por sua exposição, aqui, da luta no Movimento Pela Vida e como conhecedora da região, como moradora

também, que sofre na pele esses problemas. Agradeço a sua presença.

Dr. Saikali está entrando em nossa audiência. Ele está com um problema no *link*, não consegue abrir.

Eu gostaria de convidar, para que pudesse fazer uso da palavra, como representação da Secretaria Municipal de Saúde, eu tenho três nomes: Sra. Sandra Maria Sabino Fonseca, Sra. Magali Antonia Batista e a Sra. Patrícia Salemi.

Sra. Sandra Maria, a senhora é quem vai fazer uso da palavra, representando a Secretaria?

A SRA. SANDRA MARIA SABINO FONSECA – Isso.

Bom dia a todos. É um prazer estar com vocês nesta reunião. Eu agradeço a oportunidade de estar com vocês em um tema tão importante e que carece realmente de uma solução.

Aqui, no Município de São Paulo, nós lidamos com a repercussão dessa poluição do Polo Petroquímico, sobretudo nas regiões de São Mateus e Sapopemba. Toda essa repercussão na saúde de nossa população está sendo devidamente acompanhada por nossas equipes de Saúde, equipes da Vigilância em Saúde dos territórios e, aqui, por Covisa, através da Dra. Patrícia, que está presente e que falará, logo após em seguida, e que detalhará melhor essas ações.

Todo o Município de São Paulo está empenhado na resolução desse problema. Já temos alguns levantamentos, que a Dra. Patrícia irá repassar. E estamos à disposição para integrar qualquer discussão, qualquer grupo, em conjunto com os órgãos competentes que possam e que sejam responsáveis pela fiscalização, monitoramento e intervenção nas ações do Polo Petroquímico.

Eu gostaria de passar a palavra para a Dra. Patrícia. Ela detalhará melhor todas as ações locais que estamos realizando com essa população.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Sandra Sabino. Quero agradecer à senhora e, na sua pessoa, agradecer ao nosso Secretário Municipal Edson

Aparecido, que está empenhado nesta temática. A gente tem dialogado semanalmente sobre esse assunto, inclusive, em contatar a Secretaria Estadual de Saúde, para que a gente possa ganhá-los nesse movimento, para essa luta.

Obrigado. Transfira ao Secretário Edson Aparecido os nossos agradecimentos.

A SRA. SANDRA MARIA SABINO FONSECA – Eu passarei a ele esses agradecimentos. E, realmente, ele está bastante empenhado e acho fundamental que a Secretaria do Estado esteja conosco para objetivar melhor essas ações.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Salemi, que é Bióloga e Coordenadora do Programa de Vigilância em Saúde Ambiental, relacionado às populações expostas à poluição do ar no Município de São Paulo.

Sra. Patrícia Salemi, com a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SALEMI – Bom dia. Quero agradecer a participação, estou representando a Diretora de Vigilância em Saúde Ambiental, Magali Antonia Batista. Nós recebemos o Ministério da Saúde para treinamento das ações do Programa Vigidesastres, então ela não pode participar e como eu já participei da primeira audiência, ela pediu que desse continuidade na fala de hoje.

Para quem não participou da primeira audiência, vou fazer um pequeno resumo das ações que haviam sido realizadas até finalzinho de abril e as ações posteriores. Então, essa denúncia chegou para nós no final de fevereiro, começo de março, a reclamação era de fuligem, aquele pó preto que ficava nas casas, nos encaminharam vídeos. E a primeira coisa no levantamento de dados de agravos respiratórios, fizemos um apanhado dos agravos respiratórios e dos procedimentos de nebulização e inalação, desde 2016 até 2020, para ver se esse número estava aumentando. Esses dados foram levantados do TabNet DataSUS, um sistema disponível, e não apresentaram diferença significativa.

Depois de ler o trabalho da Dra. Zaccarelli, nós direcionamos para dispensação de medicamentos. Então, verificamos a dispensação de medicamentos do DA de São Rafael e São

Mateus, que mais ou menos somando dá uma população de 290 mil habitantes e selecionamos outros DAs com populações aproximadas nas outras coordenadorias regionais de saúde do Município. Então, pegamos região Norte, Sul – A Leste já foi selecionada -, a Oeste, Centro, todas elas para fazer esse comparativo de regiões que não ficavam próximas de indústrias e não tinham polo petroquímico. Queríamos ver se realmente essa população, nesse local, tinha mais dispensação de medicamentos. E também não apresentou diferença significativa entre as regiões, apenas o DA de Sapopemba apresentou um pequeno aumento da dispensação da Levotiroxina, mas a Assistência nos informou que a dispensação de medicamentos é aberta, então, outros DAs, outros moradores de outros DAs, podem retirar o medicamento no DA de Sapopemba e de outro município também.

Não satisfeitos com esses levantamentos de dados que acabaram não nos mostrando tanto, resolvemos aplicar um questionário relacionado à saúde e à qualidade do ar com os moradores do entorno do Polo, na Subprefeitura de São Mateus. Então, selecionamos o DA de São Rafael e São Mateus, foi aplicado de forma amostral, foram 18 questionários aplicados, 12 ao longo do DA do Parque São Rafael e seis no Jardim Adélia, em São Mateus. E tivemos sintomas prevalentes na população, 67% dos entrevistados disseram que tinham secreta no nariz, dor de cabeça, coceira nos olhos e espirros; 61% desses entrevistados disseram que tinham ardor nos olhos, dor ou ardor na garganta. Também foram referenciados outros sintomas, mas os prevalentes foram esses.

E nesse questionário que trabalhamos no Programa Vigiar, não há questionamentos quanto à tireoide, é mais relacionado a dados respiratórios. Então, adicionamos essa questão, se essas pessoas estavam fazendo algum tratamento para problemas de tireoide. E 39% desses entrevistados já faziam tratamento de tireoide.

Quanto às queixas relacionadas às atividades do Polo, uma taxa bem alta, 89% se queixaram de poeira; 78% de odor; 72,2% de fumaça e 67% de ruído. Os moradores sintomáticos foram encaminhados para as unidades de saúde de referência, a Unidade UBS Parque São Rafael e UBS São Mateus II. Então, estão fazendo tratamento e acompanhamento em saúde

nessas unidades.

Com esse cenário, nós encaminhamos ofícios tanto para a Cetesb, que é o órgão ambiental responsável pela fiscalização das emissões do Polo e para o CVS, Centro de Vigilância Sanitária Estadual, que faz esse link entre as vigilâncias municipais. Então, foram encaminhados a nível de conhecimento e até o presente momento não houve mais denúncias referentes ao Polo.

Então, quero ressaltar que as ações de vigilância em saúde estão sendo realizadas com acompanhamento da população, dos moradores sintomáticos. A fiscalização é realizada por órgão ambiental, existe lei para isso, é competência de órgão ambiental estadual fiscalizar polo petroquímico. E ficamos à disposição, achamos importantíssima a criação desse grupo, estamos à disposição para participar. Quero agradecer a presença de todos, as falas brilhantes de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sra. Patrícia Salemi, que trouxe elementos desse estudo, dessa pesquisa importante para nós. Em nome da Comissão, inclusive, quero fazer a solicitação desses dados para que possamos compor os nossos documentos de trabalho, porque anotei alguns que a senhora falou e as queixas dos moradores de São Mateus se concretizam nesses dados dessa pequena amostragem que a senhora nos trouxe aqui hoje. Isso demonstra o tamanho e a importância desse tema e dessa discussão da audiência pública. Muito obrigado mesmo.

Gostaria de saber se o Sr. Saikali, Promotor, já se encontra presente. (Pausa) Ele está com dificuldade para entrar ainda. Tenta um suporte do CTI, porque é importante a presença dele, fala para o CTI da Câmara entrar, nem que seja no TeamViewer lá dele, para poder ajudá-lo.

Enquanto isso, convido para fazer uso da palavra o Sr. Cristiano Kenji Iwai, representante da Cetesb. Agradeço sua presença aqui na audiência pública, o senhor que esteve na outra audiência também.

O SR. CRISTIANO KENJI IWAI – Bom dia, Vereador Alessandro Guedes, agradeço

o convite em nome da nossa Presidente, Dra. Patrícia Iglesias. Hoje, estamos representados aqui por diversos técnicos das áreas envolvidas com o assunto na Cetesb, vou em seguida passar a palavra a eles para detalhar os diversos assuntos e temas que foram abordados anteriormente.

É importante a abertura desse espaço para colocar as ações que a Cetesb vem adotando em relação a esse caso, principalmente com a disponibilização de atendimento 24 horas à população, realização de vistorias constantes ao empreendimento, diversas ações vêm sendo tomadas desde que houve relatos de reclamação da população. E acho importante dar esse retorno e dizer que a Cetesb vem tratando desse tema com extrema importância. E por isso, hoje, estamos aqui com o nosso corpo técnico representado para dar os esclarecimentos necessários.

Então, meramente, vou passar a palavra para o Rafael, que é o nosso Gerente da Agência Ambiental do ABC 1, responsável pela fiscalização daquela região.

O SR. RAFAEL OKAMOTO – Bom dia a todos, agradeço o convite, vou ser breve porque o tempo é curto e há outros colegas meus que vão falar para poder detalhar os diversos assuntos que envolvem o tema.

Nós não estamos medindo esforços para atendimento ao caso, só neste ano de 2021, já fizemos mais de 100 vistorias no Polo Petroquímico. Também incrementamos toda a parte da realização de fiscalização do entorno, seria na verdade, de rondas para ver se está acontecendo algum problema. E fora isso, as mais de 100 vistorias nas empresas do Polo Petroquímico.

O que resultou dessas vistorias? A gente conseguiu verificar que realmente ocorreram problemas. As empresas do Polo Petroquímico foram autuadas por emissão de odor, por emissão de fumaça preta, por emissão de ruído, que foi um dos fatos relatados. Então, realmente ocorreu isso e as empresas que causaram esses problemas foram autuadas e nós não estamos medindo esforços para conseguir chegar à solução do problema.

Eu gostaria agora, em razão do tempo, que o químico João Carlos Mucciacito fizesse sua apresentação explicando as ações que a gente tem tomado junto a cada empresa em termos

de exigências, em termos de tecnologias, e o que tem ocorrido ultimamente.

O SR. JOÃO CARLOS MUCCIACITO – Bom dia a todos. Eu peço licença a vocês para mostrar uma pequena apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quero anunciar a presença do Dr. Saikali.

O SR. JOÃO CARLOS MUCCIACITO – Como o Rafael comentou, nós autuamos várias empresas por causa das emissões de poluentes atmosféricos, predominantemente o material particulado, também problemas de odores e de ruídos. Eu fiz um resumo dessas autuações.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOÃO CARLOS MUCCIACITO – As autuações foram: a refinaria de Capuava, mencionada inclusive pelo Elio; a Cabot, a Braskem, as três unidades da Braskem, todas ligadas em Santo André, também em Mauá.

Juntamente a essas autuações, por exigência da Cetesb, houve as melhorias técnicas e legais dentro do que foi autuado a essas empresas. Por exemplo, foi exigida da Cabot toda uma revisão do sistema de combustão, efetivamente para ter uma redução das emissões de material particular. Aliado a isso, houve a troca de um equipamento que, através de amostragens em chaminés, constatou-se que esse equipamento apresentava a emissão de material particulado acima do modelo legal exigido. Então, houve a troca desse equipamento. Aliada a todas essas trocas, essas revisões, houve também a substituição de todos os elementos filtrantes, que a gente chama de filtros de tecidos, de filtro manga, que também foi abordado pelo Elio na sua fala. Todas essas trocas e melhorias técnicas legais trouxeram uma redução significativa de material particulado, quiçá até das emissões de pó preto oleoso.

Também estamos estudando junto a empresa a substituição dessas matérias primas, principalmente no quesito de melhor teor de enxofre e de nitrogênio, para melhorar ainda mais a redução dessas emissões. Foi exigido, através do licenciamento ambiental, que se colocassem câmeras de monitoramento em suas principais fontes de poluição e que esses registros, essas

filmagens, esse monitoramento, fossem disponibilizados na empresa, caso a Cetesb tivesse alguma dúvida na fiscalização; porque existem o que nós chamamos de emissões pretéritas, a partir das quais a gente poderia então fazer a autuação devida nessas empresas.

Quanto a PE-7, a Braskem PE-7, foi exigido da empresa a eliminação de todo e qualquer vazamento de gás etano reduzido, esses efeitos de poluição nos quais a gente já vem trabalhando há muito tempo. Também em cima da fala do engenheiro Elio, sobre vazamentos de caixetas, vazamentos de bombas, isso tudo a Cetesb vem exigindo das empresas, em particular da PE-7, para haver redução desse tipo de poluição.

Consequentemente, elimina-se consideravelmente a emissão de fumaça preta e de ruído proveniente dessa usina; a educação também de novas tecnologias e equipamentos com o objetivo de reduzir ainda mais a frequência e a severidade desses eventos, como ruído e emissão de material particulado.

Também a essa empresa, foi solicitado que se colocasse uma câmera para disposição de emissões pretéritas, a fim de melhorar ainda mais a fiscalização da Cetesb.

Quanto a PP4, a unidade de polipropileno, a empresa, em determinado ponto da sua produção, ela fabricava um tipo de polipropileno que exigia uma certa celeridade de matérias primas e, consequentemente, isso trazia emissões de fumaça de pó preto para a atmosfera. Então, esse tipo de substância polimérica foi retirado do cardápio de produção dessa empresa e, com isso, houve uma melhora significativa de emissões de fumaça preta, proveniente dessa empresa basicamente.

Quanto à unidade Cracker, nós encontramos muitos problemas de vazamentos de produtos químicos, principalmente na repartida dela, depois que ela teve a parada geral. Houve, contudo, um estudo que culminou numa manutenção preventiva de melhor qualidade, que não deixasse ocorrer ou, pelo menos, previsse esses vazamentos em tubos; e, a partir disso, esses equipamentos estão sendo monitorados, estão sendo feitas manutenções mais efetivas. Com isso, houve um grande ganho principalmente em relação a emissões de substâncias químicas para a atmosfera.

Quanto à Recap, houve o problema do *flare*, que nós identificamos e que, depois, eles foram autuados por isso. Foi exigido, a partir daquele momento, um novo controle preventivo de todas as manutenções das empresas, inclusive em *flare*, em flanges, em bombas, em equipamentos que possam, de alguma forma, levar algum gás residual para o *flare*. Com isso, houve uma significativa melhora quanto às emissões do *flare* da Recap.

Por último, a Oxiteno Petroquímica foi autuada pela Cetesb a partir de problemas de odores, no processo da sua estação de tratamento de efluentes. Em algum momento, nesse tratamento de efluentes, havia um acúmulo de lodo biológico em grande quantidade e isso trouxe alguns problemas de odores, que a população identificava como fósforo riscado, ou cheiro de ovo podre. Com isso, identificamos, eles foram autuados. E a partir desse momento, desta autuação, eles melhoravam a eficiência esse tratamento do lodo, dessa filtração do lodo. E a partir de um certo período, já não temos mais esse tipo de problema na região de Capuava.

Basicamente, é isso que eu tenho para apresentar.

Vou passar a fala ao químico Marcelo dos Anjos.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. MARCELO DOS ANJOS – Olá. Bom dia a todos.

Vereador Alessandro, posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Por favor, Marcelo, com a palavra.

O SR. MARCELO DOS ANJOS – Tá. Muito obrigado.

Pegando o gancho do que o João apresentou, o que acontece: para chegar a todas essas conclusões de troca de equipamentos; para chegar à conclusão sobre as emissões, se elas estão enquadradas ou não dentro da legislação, foi necessário fazer uma série de levantamentos e amostragem em chaminés, e acompanhamento do qual também participamos, notadamente, com as empresas que foram citadas de maior potencial – a Braskem, a própria Petrobrás – Recap, e a Cabot, né. Foi feita uma série de monitoramentos para verificar o atendimento, principalmente, à legislação, que é o Conama e o próprio Decreto Estadual 59.113, que traz os valores a serem atendidos.

Então esse resumo que o João fez – da Cabot, principalmente, porque conseguimos avançar mais, que foi a primeira onde conseguimos efetuar esses monitoramentos – e chegar a essas conclusões que ele colocou.

Também estamos, agora, avaliando as emissões da Recap – Petrobrás – e da Braskem, para poder dar esse retorno para vocês, para a população também.

São trabalhos efetuados em altura de 40-50 metros, então, muitas vezes, atrasa um pouco, por conta até de questões climáticas, incidência de raios e chuvas.

Por exemplo, hoje, exatamente, nós estamos finalizando o trabalho na Braskem, de uma última fonte que ficou por conta das condições climáticas. E em breve, entre Natal e Ano-Novo, deveremos fechar esses pareceres, tanto da Recap quanto da Braskem, justamente para a essa conclusão a que se chegou quanto à Cabot: se estão atendendo os limites de emissão, se haverá necessidade de diminuição desses limites já impostos anteriormente. E isso, como eu falei, leva um tempinho. E a nossa expectativa é fechar esse pacote de medições de amostragem de chaminés entre a semana do Natal e a do Ano-Novo.

Passo para os nossos superiores para apresentar esses resultados para vocês.

A princípio, era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu gostaria de pedir ao Sr. João Carlos que fechasse a sua tela de apresentação, para que consigamos retomar o controle do PC central.

Alguém mais fala pela Cetesb ou encerrou com a fala do Sr. Marcelo?

(NÃO IDENTIFICADO) – Por favor, você poderia só abrir a palavra para a Sra. Maria Lúcia? É coisa rápida.

A SRA. MARIA LÚCIA – Bom dia, quase boa tarde, a todos.

Obrigada, Vereador.

Mais uma vez estou na Casa. É sempre um grande prazer falarmos da qualidade do ar, que é monitorado pela Cetesb.

Ouvimos falar das emissões, e vamos ver como que isso chega à população.

O ar se mistura e as nossas medições.

A fala da representante da Vigiância, que é a Secretaria de Saúde da Prefeitura, para mim, é uma satisfação ouvir os resultados que ela apresenta.

De 2016 a 2020, ela diz que não apresenta diferenças quanto ao uso de medicamentos, remédios, relativos à asma e à respiração.

Isso para nós é muito importante porque a situação de qualidade de ar é o pulmão das pessoas que está sendo monitorado. Os equipamentos que medem qualidade de ar, as particuladas inaladas e os gases, estão numa posição já diluído, porque todas as emissões que foram colocadas pelas chaminés são diluídas, e o que realmente estamos respirando é o que essa estação está medindo.

E eu fico muito tranquila porque, se você olhar os resultados que temos na Estação de Capuava, que já monitora há 40 anos – ou seja, nós temos uma série histórica para saber todos esses programas –, a gente vai ver que está em torno de 24 microgramas por m³, em média, 27 m³. E se compararmos isso, é exatamente o que a nossa representante da saúde falou. Ano a ano, vemos que não estamos tendo diferenças significativas. E a resposta está na respiração das pessoas, né, porque somente as partículas inaláveis causam problemas respiratórios.

Se formos olhar, vamos olhar como está a Região Metropolitana como um todo. A média dessas partículas MP10 na Região Metropolitana é de 29 microgramas por m³.

É uma região de polo, que tem uma área industrial, mas que tem também emissões veiculares, que tem uma frota gigantesca em toda a região.

Enfim, temos uma situação realmente que tem a indústria, mas também temos toda a atividade desta cidade.

Nós trouxemos da outra vez, que nós estávamos na região, e tínhamos reclamação de um pó preto. Fomos até a região. Foi coletada amostra do chão da área em que as pessoas reclamaram nas residências. Essas amostras, infelizmente, [constituiu] uma quantidade muito pequena. Para vocês terem uma ideia, mais ou menos, uma colherzinha de café. A amostra era

tão pouca que nós tivemos que fazer uma série de estudos para tentar fazer com que o método de análise... porque nós analisamos as partículas em suspensão. Aí nós tivemos que adaptar essas amostras à coleta, e, enfim. E o resultado que trouxe foi justamente de que esse material é proveniente de compostos orgânicos. Fizemos análise de metodologia de combustão das amostras. E o que apresenta é um material carbonáceo, que é uma partícula que causa sujidade, que causa incômodo, uma partícula mais grosso, que são compostos orgânicos, carbono orgânico. Enfim, esses resultados estão disponíveis na Cetesb.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado pela fala da Cetesb.

Eu gostaria de convidar o nosso promotor, o Sr. José Luiz Saikali.

O SR. JOSÉ LUIZ SAIKALI – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas, né.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Dr. Saikali, primeiro, agradecer a presença do senhor.

O senhor pode falar por até 10 minutos.

O SR. JOSÉ LUIZ SAIKALI – Eu quero pedir desculpas, que eu tive alguns imprevistos pessoais, acabei tendo de atrasar o meu ingresso netas audiência pública, que é tão importante, porque trata de uma questão efetiva de saúde pública. É uma questão que envolve moradores de três municípios e que acaba afetando a saúde desses moradores, pela nossa experiência, por todo os estudos aos quais já tivemos acesso. Apesar de dizeres em contrário, ao que nos consta, existe evidências de uma incidência de doenças não somente respiratórias como doenças autoimunes. Então é de extrema importância [essa audiência].

Eu gostaria de parabenizar o Vereador pela iniciativa de encampar uma discussão tão importante.

Hoje, fala-se muito em meio ambiente, mas se faz pouco. É muito triste ver isso. É muito triste ver como o meio ambiente está sendo maltratado, como um todo, em vários departamentos, por autoridades dos três níveis da federação.

Então eu fico feliz de poder participar e dar o mínimo de contribuição minha aqui que

seja.

Foi-me pedido para dar um panorama da questão do que está sendo feito em termos judiciais, em termos relacionados a essa questão do polo petroquímico. Nós ingressamos, depois de muitos anos apurando elementos, com uma ação civil pública inicialmente contra todas as empresas do Polo, porque sempre o que nos causou um incômodo extremo é a forma, no nosso ponto de vista - isso eu falo pela minha experiência pessoal de mais de uma década - da falta de colaboração das empresas do Polo, no sentido de se saber efetivamente o que sai das empresas e o que efetivamente afeta a poluição do ar.

Na fase durante todo o inquérito, foram feitas várias promessas nunca cumpridas pelas empresas do Polo, que não colaboraram - eu posso dizer - em nada, sob o aspecto da ação civil pública, para que nós efetivamente apurássemos a situação daquelas empresas e o quanto elas contribuía para o problema, para a poluição da região. Essa ação tramita desde 2018 e, como não tivemos escolha, porque nenhuma empresa colaborou efetivamente, tivemos de entrar uma ação civil pública contra todas as empresas, e a ação está em curso. Estamos aguardando já há muito tempo que o juiz dê o despacho saneador e que mande fazer a perícia, isso se não houver surpresa processual, porque a gente pode esperar tudo nesse tipo de ação.

O que houve, nesse ano, foi uma situação de pico, uma situação de gravidade extrema, que foi aquela emissão constante. Eu foco mais no mês de abril, porque foi quando eu entrei com a ação. Então, nós ingressamos com uma ação civil pública. Vamos dizer assim: Não foi bem uma ação civil pública, foi uma medida cautelar, esperando que o Judiciário agisse, no sentido de suspender, de tomar uma posição, porque a gente entende que é para isso. É para isso que a gente conta com o Judiciário. Esperávamos que se fizesse valer a lei. Só isso. É só isso o que a gente esperava. Havia evidências contra as três empresas das práticas ilícitas. Ilícitas porque, em tese, pelo menos, em tese, pode-se dizer que eram crimes ambientais que estavam sendo cometidos. Então, nós ingressamos com a ação contra a Braskem, contra a Recap e contra a Cabot.

E aí nós pedimos inicialmente, em série de liminar, a suspensão das atividades ou

então subsidiariamente a fixação de uma multa mais significativa do que aquela que a Cetesb impõe, porque a que a Cetesb impõe tem a limitação legal. Então, no nosso ponto de vista, o estrago que estava sendo feito era correspondentemente ao valor patrimonial de uma multa. Ela é muito maior do que a multa que a Cetesb estava aplicando. Então, nós entramos com a ação em abril. Ficaram vários dias em poder do juiz o processo. E qual foi a nossa surpresa? Ele disse que não havia nenhuma questão urgente. Ele disse isso. Ele analisou o que havia lá. Em suma, falou que não havia nada de urgente, e nos levou a liminar.

Aí nós agravamos e o Tribunal de Justiça também não viu nada de urgente no caso. Não pôs para aplicar uma liminar por cada auto de infração. Infelizmente nós não tivemos êxito também no tribunal. O processo tramitou. As empresas apresentaram contraminuta e vieram novos informes e novas agressões ambientais. Nós comunicamos ao juiz de primeiro grau. Reiteramos o pedido de liminar. Ele nunca apreciou essa reiteração. Ao contrário. Ele não apreciou nada, ele ignorou o nosso pedido. Ao invés disso, ele se valeu de uma interpretação, no nosso entender, completamente equivocada da lei. Ele extinguiu a ação, extinguiu a ação sem ter apreciado a liminar, a reiteração do pedido de liminar. Ele extinguiu do nada. Aí, a Braskem, numa manobra processual, informou ao tribunal de segundo grau que a ação de primeiro grau havia sido julgada extinta. Então, pediu para que o agravo fosse prejudicado, só que se omitiu, omitiu - nós até argumentamos que foi de má-fé, que nós havíamos entrado com recurso, para informar aquela decisão de primeiro grau, que o juiz havia julgado extinta. Ele omitiu, e o tribunal, sem essa notícia do nosso recurso, que nós havíamos ingressado, extinguiu o recurso de agravo, que pretendia a acusação da liminar, para que fosse fixada uma multa mais substancial. Então, nós até informamos, esclareceremos o juízo de segundo grau: “A Braskem omitiu informações, omitiu informações, que nós ingressamos com recurso. Ela omitiu informações ao tribunal.”

A apelação que nós ingressamos para reverter aquela ação que havia sido julgada extinta foi julgada. Foi dado provimento a nossa apelação. O juiz, o desembargador, admitiu que a decisão de primeiro grau não estava aceita. Aí a ação retomou o seu rumo, mas isso tudo é

para dizer que, desde que ingressamos com a ação, em abril, a quase, vai dar oito meses, não conseguimos nada no Judiciário, nada, nada, nada.

Eu não sei como definir isso. Então, infelizmente a nossa briga em juízo continua. Na semana que vem, já começa o recesso. Vai virar o ano e tudo anda a passos de tartaruga. É isso.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado ao Promotor Público, Sr. José Luiz Saikali pela sua exposição, pela sua luta em prol desse movimento.

Tem a palavra o Sr. Fabio Feldmann, ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ambientalista e ex-deputado federal, agradecendo-lhe pela presença, que tem um conhecimento muito grande e atuou naquela luta em prol dos moradores de Cubatão, no Vale da Morte, quando ainda era chamada de Vale de Monte, e agregará valor na nossa luta também.

Obrigado por ter aceitado o convite.

O SR. FABIO FELDMANN – Queria agradecer a oportunidade de estar aí com vocês, a você, Alessandro, e a os outros Vereadores, pela oportunidade de ouvir. Eu vou ser muito rápido, mas eu devo dizer para vocês que eu estou rigorosamente perplexo, e vou explicar o porquê.

Como foi falado pelo Alessandro, eu fui advogado das vítimas da poluição de Cubatão, na década de 80, e também tinha sido advogado do Movimento dos Moradores contra a Poluição de uma empresa chamada Aliperti, aqui em São Paulo, na Água Funda.

Estou acompanhando agora, reencontrando muitos amigos e estou estranhando que, depois de 40 anos, estejamos numa situação muito parecida com Cubatão e muito parecida com a da Aliperti, ou seja, empresas lançando poluição, quer dizer, o órgão ambiental multando e atuando e, ainda assim, sem muito efetividade. E, Saikali, em solidariedade a você, em relação à omissão do Poder Judiciário nesse caso.

Só que eu gostaria de fazer algumas observações em relação aos 40 anos que passaram. Quando fui advogado das vítimas da poluição de Cubatão, quer dizer, o Brasil era

outro. você não havia uma Constituição que tratava do Meio Ambiente, você não tinha uma Constituição Estadual, também é muito firme e tem uma série de dispositivos, mas em relação ao tema propriamente dito de poluição de ar, quero dizer para vocês que, de alguns anos para cá, as principais revistas especializadas e a própria Organização Mundial de Saúde têm declarado que a poluição do ar é a maior ameaça à saúde da população do planeta.

Então, o que não tínhamos na década de 80, e isso quer dizer que há um reconhecimento da ciência sobre os riscos que a poluição do ar traz para as pessoas, traz para a população do planeta, estão evidentes.

E, também, outra área que acho tenha evoluído em relação a isso, é que, hoje, praticamente, todas as empresas se declaram sustentáveis. Das empresas que foram mencionadas aqui, se nós formos verificar os relatórios de sustentabilidade, vamos ver que elas têm compromissos muito concretos, abstratos, em relação ao meio ambiente.

No caso da Petrobras, inclusive, é uma empresa que opera na Bolsa de São Paulo. Empresas que trabalham na Bolsa de São Paulo e na Bolsa de Nova Iorque, normalmente, os seus compromissos ambientais são obrigações concretas.

Portanto, Alessandro, quero te dizer que acho que a situação do Polo Petroquímico é rigorosamente inaceitável. Ela não é aceitável, pois confronta a Constituição, acho que até as dificuldades que enfrentamos no Judiciário podem justificar, inclusive, uma representação, quer dizer, em relação à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA, até porque a grande discussão, hoje, no mundo, não sei se vocês estão acompanhando, é considerar o Direito ao Meio Ambiente sadio e equilibrado como um desdobramento no Direito Humano.

Então quero externar minha solidariedade a vocês, Alessandro, estou à disposição para sentarmos à mesa e conversar e ainda digo o seguinte: é inacreditável, estou chocado, como disse para vocês, fui membro da Associação das Vítimas da Poluição de Cubatão, há, no principal documento das Nações Unidas que cunhou a ideia do Desenvolvimento Sustentável o caso de Cubatão, consta o caso de Cubatão concretamente falando e, por isso, acho que temos

de colocar essa questão num contexto mais amplo, e indicar claramente a gravidade da situação.

E, mesmo em relação à Cetesb, que é uma entidade muito séria, conheço o pessoal que falou da Cetesb, conheço também muitas outras pessoas, mas quero dizer que temos de exigir, inclusive, talvez até com o uso de tecnologia e inteligência artificial, a colocação de equipamentos novos que existem no mercado, os quais permitiriam o monitoramento direto.

E o que é muito parecido ao de Cubatão, queria falar, aqui, com a Dra. Angela, é que no caso de Cubatão, quando começamos a discutir, ali, a questão, havia a suspeita das crianças sem cérebro, as crianças anencefálicas e nós tínhamos uma enorme dificuldade de estabelecer a relação de causalidade.

Mas, hoje, o Direito Brasileiro e o Direito Internacional adotaram alguns princípios, como o Princípio de Precaução de que eu não preciso estabelecer a relação de causalidade, o simples risco exige medidas.

Assim, Alessandro, queria dizer, aliás, queria te agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer a todos que falaram antes de mim e destacar que, realmente, temos que conferir este caso como uma prioridade na agenda, tanto da mídia, que acho ser um caso - devo dizer - chocante e exigir dessas empresas que, como eu disse, assumem compromissos com a sustentabilidade, mas que estão descumprindo isso claramente.

Minha solidariedade e, mais uma vez, estou inteiramente à disposição para traçarmos uma estratégia de pressão sobre essas empresas, quer dizer, de acompanhar junto à Cetesb e até estudar se não haveria a possibilidade de um cardápio de outras alternativas. E, Saikali, repito, é inacreditável que o Poder Judiciário tenha tido essa atitude.

Posso relatar o caso de Cubatão. Entramos com uma ação civil pública em 86. Nós, porque eu era de uma entidade chamada Loicos, o Bocuhy deve lembrar, e o Ministério Público Estadual e, praticamente, houve um, para que o despacho semeador fosse feito, levaram, exigiam-se três décadas. Só recentemente houve uma decisão de primeira instância. Então temos de traçar essas novas estratégias e quero insistir; eu estou, além de perplexo, escandalizado com essa situação aqui em São Paulo.

Quer dizer, se é uma situação numa área remota, da Amazônia, mas, em São Paulo, onde você tem a principal agência ambiental do Brasil, que é a Cetesb, onde há população, uma sociedade civil organizada, um Ministério Público atuante, realmente é de se ficar perplexo. E, diante dessa perplexidade - e, no meu caso, desse choque - precisamos traçar estratégias para obrigar essas empresas a adotarem a legislação e cumprirem com o que é a Constituição determina.

Obrigado, Alessandro pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Secretário Fabio Feldmann. Falo aqui em nome dos Vereadores Ricardo Alvarez, Geovane e Wagner, e da população presente que lhe ouviu, que a sua chegada nessa luta nos deixa muito feliz. Sabemos que, com todo o conhecimento que o senhor tem, sua história de vida a favor do Meio Ambiente e da saúde da população, nos ajudará a solucionar esse problema bem no coração da região metropolitana da cidade de São Paulo, na maior cidade do país, com toda a importância que tem e a densidade que possui.

Agradeço muito a sua participação e a paciência de ter ouvido a todos para se inteirar ainda mais do assunto que eu já havia lhe transmitido. Com certeza, estaremos juntos numa trajetória com todos os expositores que estão imbuídos na mesma causa de proteção à saúde e ao Meio Ambiente e, claro, ao desenvolvimento sustentável. Gostaria de agradecer mais uma vez sua participação.

Quero fazer um convite, agora, para fazer o uso da palavra, o Sr. Flávio Chantre, Consultor responsável pela elaboração do Plano de Comunicação e Participação - PCP - oficiado pela Cetesb. Ele falará pela Cofip. Pode começar, inclusive, nos dizendo o que é Cofip, Sr. Flávio Chantre. Muito obrigado. O senhor tem 8 minutos, eu aviso o senhor.

O SR. FLÁVIO CHANTRE - Ok. Boa tarde, Vereador Alessandro Guedes. Muito obrigado pelo convite. Estendo a saudação a todos os Vereadores, os representantes do Poder Público, Executivo, Legislativo, todos os participantes, aqui, no ambiente virtual e que também estão no auditório.

Explicando, então, o Cofip é o Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC. É uma entidade associativa que reúne empresas presentes no Polo Petroquímico. São 16 empresas associadas ao Cofip. O Cofip foi criado em 2015, então, portanto, existe há 6 anos. Ele tenta reunir as empresas em prol de projetos em comum, focando em relação ao ponto de vista institucional, em projetos de sustentabilidade etc.

Serei breve na minha fala, Vereador, baseado em quatro pilares. O primeiro, o pilar econômico, que já foi bastante destacado. O Polo Petroquímico do ABC é o primeiro do Brasil. Ele foi criado em 1972. Portanto, no ano que vem, em 2022, comemoram-se seus 50 anos.

Por ser pioneiro, ele enfrentou algumas dificuldades iniciais na implantação. Lembrando que a refinaria de Capuava foi inaugurada em 1954, e aí, 18 anos depois, o Polo Petroquímico. Até então, naquela época, todos os insumos do setor químico eram importados, o que impediu o desenvolvimento econômico do País.

Com a presença do Polo Petroquímico, conseqüentemente, a indústria química cresceu bastante no Brasil e hoje é um dos principais responsáveis pelo PIB industrial. Denominamos Polo Petroquímico do Grande ABC porque ele tem um impacto econômico muito grande não só aos municípios de Mauá, Santo André e São Paulo, mas em toda região do Grande ABC porque outras empresas da cadeia produtiva, que é muito ampla, atuam e geram empregos. No Grande ABC são 35 mil empregos.

Do pilar social diretamente o Polo emprega 10 mil pessoas que tem uma renda média atestada por estudos acima do que a indústria remunera. São pessoas que moram na região e, portanto, essa renda reverte em benefícios para toda a região, gerando renda, consumo e etc. em todos os bairros da região.

Ainda do ponto de vista social é importante dizer que as empresas individualmente e o Cofip, como representante do Polo, investem em projetos sociais, esportivos e ambientais beneficiando a comunidade do entorno e que, por exemplo, desde março de 2020, com a pandemia de Covid-19, diversas ações de doações de equipamentos, de kits de limpeza, de cestas básicas etc. foram feitas para moradores da região.

Preciso destacar também que a atividade química, petroquímica e plástica foi considerada essencial durante a pandemia pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pelos Governos Municipais. Por quê? Porque se produz basicamente tudo. A indústria química é chamada indústria das indústrias. Então, por exemplo, desde o material que reverte nas máscaras cirúrgicas, nos aventais, as embalagens de seringas, de qualquer produto plástico, o oxigênio hospitalar, gases medicinais etc., todos esses insumos partem da produção do Polo Petroquímico e foram muito importantes durante esse período de combate a pandemia.

Na questão ambiental, gostaria de destacar que nos últimos anos fizemos um estudo interno. As empresas participantes do Polo investiram mais de 1,5 bilhão em novas tecnologias, equipamentos, processos, investimentos que revertem em melhoria da qualidade do processo industrial em menos impactos ao meio ambiente.

Posso citar, por exemplo, alguns investimentos. O Polo consome muita água. Essa água é utilizada no processo industrial. É um processo que tem temperaturas muito altas e a gente chama de quente/frio. São temperaturas muito altas, em torno de 800 graus, nos fornos; e, depois, temperaturas muito baixas, em torno de -150 graus. Para esse processo, utilizam-se torres de resfriamento.

Todo o processo industrial de um complexo petroquímico é no ciclo fechado - que a gente fala - toda a produção está dentro de tubos e dutos. Então, para você resfriar um produto você tem que jogar água, por isso que os moradores vizinhos avistam praticamente o dia inteiro nuvens de fumaça branca. Essa fumaça branca é justamente vapor d'água nesse processo de resfriamento. Toda essa água, então consumida, que é um volume muito grande, o volume equivalente ao consumo de uma cidade de 200 mil habitantes, desde 2012, em um projeto inovador no hemisfério Sul todas as empresas do Polo utilizam 100% da água de reuso. É esgoto tratado em uma estação ao lado, da Sabesp São Paulo, que reverte para o consumo industrial. Não há consumo de água potável na indústria do Polo. É um projeto inovador no hemisfério Sul.

Este ano também entrou em operação um grande investimento de alto geração de energia através do próprio processo produtivo e vai deixar de consumir energia das grandes

concessionárias. Com isso também, existe um projeto de confiabilidade. Por quê? Os moradores da região devem lembrar, em torno de dois anos atrás, houve um grande apagão na região e o Polo Petroquímico nas diversas indústrias lá instaladas não conseguem suportar sequer um piscar no fornecimento de energia. Quando houve o apagão, realmente, as fábricas pararam de forma abrupta. Isso gerou um grande impacto. Foi gerado um *flare*, que é um sistema de tocha, um sistema de segurança, que foi acionado de forma intensa e até acabou assustando os moradores vizinhos. Com esse novo processo instalado este ano de auto geração de energia, você vai praticamente eliminar esse risco de falta de energia que pode causar um apagão nas empresas do Polo.

Por exemplo, caldeiras que eram movidas a óleo diesel no passado, hoje, utilizam gás natural já de algum tempo para cá, o que a energia menos poluente possível. O *flare*, que já foi citado, é um equipamento de segurança. Ele realmente pode incomodar quando acionado de forma intensa, mas ele justamente garante que aquele processo não vai acarretar um problema maior.

Existem tecnologias avançadas em vários sistemas de *flare*. Esse mecanismo é utilizado em refinarias de petróleo, indústrias químicas e petroquímicas no mundo inteiro e ele proporciona uma segurança maior às pessoas que estão trabalhando no Polo e às pessoas que moram no entorno.

Do ponto de vista institucional, a própria criação do Cofip visa um melhor relacionamento entre as próprias empresas do Polo e entre o Polo e o Poder Público, o Polo e a comunidade, o Polo e os demais stakeholders.

É inegável que existam incômodos por causa da proximidade entre os moradores e a atividade industrial. Por isso, inclusive, que a Cetesb exigiu, este ano, que fizéssemos um grande estudo, um diagnóstico do território, pesquisa com 900 moradores, pesquisa com 50 formadores de opinião e que esse trabalho todo revertesse em um Plano de Comunicação e Participação, chamado PCP, que vai ser implementado. Foi protocolado semana passada na Cetesb e vai ser implementado a partir de janeiro do ano que vem. Esse plano vai criar novos

canais de comunicação, de diálogo, fóruns de diálogo onde a gente pretende reunir Poder Público - Legislativo, Executivo -, a comunidade e líderes comunitários, associações de moradores, todos juntos para discutir as questões relacionadas ao Polo.

Queria reiterar que o Polo está de portas abertas. A gente gostaria de receber os presentes, os Vereadores. Inclusive, enviamos ofício à Câmara Municipal de São Paulo convidando os representantes da Comissão de Meio Ambiente para uma visita. Estamos numa postura absolutamente aberta, transparente e queremos contribuir e participar ativamente desses grupos de estudo. Queremos ir a fundo nas questões de meio ambiente e a fundo nas questões de saúde.

O Polo vai comemorar 50 anos o ano que vem. A gente quer ficar mais 50 anos porque ele é muito importante do ponto de vista econômico, social, ambiental e institucional, mas queremos uma convivência harmoniosa e pacífica com a comunidade vizinha. Por isso estamos absolutamente disponíveis, transparentes e abertos para participar de qualquer grupo de trabalho, estudo, comissões, visando o desenvolvimento sustentável que traga benefícios a todos.

Agradeço muito a oportunidade. Ficamos à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Flávio, representante da Cofip. É importante a sua participação. Na primeira audiência pública, a gente não conseguiu uma representação do Polo e tiramos como princípio conhecer, aprofundar, obter melhores informações, como estamos conseguindo, antes de fazer uma visita técnica e aberta ao público para que possamos conhecer também a infraestrutura.

Queria agradecer a presença e convidar para fazer uso da palavra o Sr. Secretário Municipal da Saúde de São Paulo Edson Aparecido, que em conversas comigo tem relatado a preocupação em relação à saúde das pessoas da região do Polo pelo estudo e pesquisa que foram apresentados aqui, pelo Departamento da Secretaria.

Agradeço pela presença, Secretário, e também por seu empenho nessa problemática. O seu empenho é importante, o senhor está integrado conosco e isso é importante

para que a gente consiga vencer essa luta aqui.

Então, passo a palavra ao senhor, para que possa fazer a sua saudação.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Cumprimento o Vereador Alessandro Guedes e a todos os presentes a esta audiência; a Dra. Sandra Sabino, que é a nossa Coordenadora, responsável por toda a área de atenção à saúde.

Nós estávamos agora reunidos com os três institutos: o Instituto de Medicina Tropical, da USP; Instituto Butantan e o Instituto Adolfo Lutz. Tivemos o primeiro resultado, o sequenciamento genético de testes captados na Cidade, nos últimos 15 dias. Felizmente, nenhuma constatação da circulação da variante Ômicron aqui, entre nós. Então, a boa notícia. E por isso que eu não pude participar. Mas, de qualquer maneira, a Dra. Sandra já esteve presente com vocês e os nossos técnicos da Covisa.

Quero dizer que o Vereador Alessandro Guedes tem tratado esse assunto comigo já há alguns meses. Eu tive a oportunidade de também conversar com o Prefeito de Rio Grande da Serra, com o Prefeito de Mauá e com o Prefeito de Santo André. Falei também com o Secretário Adjunto do Estado, Dr. Eduardo Ribeiro, e acho fundamental que nós possamos - em um trabalho conjunto da Câmara Municipal, Secretarias Municipais das Prefeituras envolvidas, a Secretaria Estadual de Saúde e representantes do Polo Petroquímico – formar um grupo de trabalho, um grupo técnico, uma investigação apurada a respeito dos sintomas que possam eventualmente se manifestar na população, não só da cidade de São Paulo, mas também dos municípios vizinhos.

Acho que a fala do representante do Polo mostra evidentemente o esforço que tem sido feito, por parte deles e também por parte da Cetesb, mas não há a menor sombra de dúvida de que há um fato concreto, que é a manifestação de sintomas por parte de moradores dessa região. Sintomas esses que precisam ser analisados, que precisam ser investigados. E acho que é um trabalho conjunto da Saúde pública envolvendo o Polo Petroquímico, as várias Prefeituras, a Câmara Municipal de São Paulo e também as demais Câmaras, mas com a coordenação – na minha forma de ver, Alessandro – do Governo do Estado. Eu vou insistir para que a Secretaria

Estadual de Saúde se envolva nesse processo para que a gente possa, não só fazer uma investigação correta e o diagnóstico e as medidas necessárias para preservar a saúde da população dos municípios que estão nesse entorno. Eu acho que é um esforço coletivo, um esforço conjunto que visa, obviamente,...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. EDSON APARECIO DOS SANTOS - ...que possa estar acontecendo, mas tomarmos as medidas adequadas que precisam ser tomadas pelo Poder Público e também pelo Polo Petroquímico.

Mas acho que a iniciativa que está sendo dada hoje, pela Câmara Municipal, através do Vereador Alessandro Guedes, é um passo muito importante e acho que a presença de todos aqui nesta audiência pública – também com a presença do Ministério Público -, demonstra a vontade política de todos colaborarem, de estarmos juntos nessa identificação, nesse diagnóstico e nas medidas necessárias que deverão ser adotadas.

Reafirmo – já disse isso a Vereador Alessandro Guedes -, toda a nossa equipe da Vigilância Sanitária e também da Atenção Básica, da região, do território contíguo da região – São Mateus, Iguatemi, Sapopemba – estarão envolvidas nesse trabalho. Acho que, sob a coordenação do Governo do Estado, vamos montar um grupo técnico de trabalho que possa, já no início do mês de janeiro, iniciar esse trabalho coletivo, esse trabalho conjunto.

Por parte da Secretaria, conte conosco. O Vereador Alessandro Guedes tem sido um Vereador que contribui muito com as iniciativas da Saúde aqui, na cidade de São Paulo, e nós não poderíamos deixar, neste momento, de participar desta importante iniciativa.

Então, parabéns, Alessandro. E vamos, acho, rapidamente mostrar o resultado desta audiência pública ao Governo de Estado, à Secretaria Estadual de Saúde, para que possamos, já no início do mês de janeiro, iniciar o trabalho desse grupo técnico, que vai poder prestar um serviço muito importante para a população desses municípios que estão no entorno do Polo Petroquímico.

Saúdo a todos. Um grande abraço. Desculpem-me por não ter participado desde o

início, mas os nossos técnicos participaram, sobretudo a Sandra Sabino, mas estávamos na reunião que eu, aqui, relatei a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Edson Aparecido. A gente entende e agradece a participação dos técnicos, da Sandra, da Patrícia que falou aqui e que trouxe elementos importantes. A gente sabe que a agenda do senhor é muito atribulada, o senhor que está fazendo um grande trabalho à frente do combate à Covid, em nossa cidade. E contamos, sim, contamos com o seu empenho, com a sua participação, principalmente no diálogo com o Governo do Estado, com a Secretaria Estadual de Saúde, para que a gente possa destravar esse processo e alcançar os objetivos que favoreçam o desenvolvimento sustentável, meio ambiente e saúde da população daquela região.

Muito obrigado.

Quero, aqui, convidar para fazer uso da palavra e pedir desculpa aos inscritos moradores, porque, devido à extensão da audiência, é importante a participação de todos que falaram aqui, porque a gente pode mostrar o conteúdo emblemático deste tema e que todos juntos, em diversas mãos, vamos conseguir enfrentar essa problemática. Então, convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Cibele Alves. (Pausa)

Convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Evanise Rodrigues, participante do Movimento por Moradia da Frente São Paulo pela Vida. (Pausa)

Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Ricardo Farias (Pausa)

Convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Beatriz Fernandes (Pausa)

Convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Cecília Lachine Loures, participante do Clima de Mudança. (Pausa)

Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Douglas Alves Mendes.

O SR. DOUGLAS ALVES MENDES – Boa tarde a todos.

A cada momento em que eu acompanho uma audiência pública, eu fico estarecido, porque hoje já foi a metáfora do café, vindo de um órgão ambiental.

Essas imagens aqui, estão em nosso Facebook.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. DOUGLAS ALVES MENDES – O nosso Facebook tem, aproximadamente, 2.300 moradores da região do Polo Petroquímico.

Essa imagem aqui é do pé de uma criança e esse pó preto, aqui, não é café.

Essa imagem aqui é de uma outra criança do Parque São Rafael e esse pó preto não é café.

Essa imagem aqui é de um pano de chão de uma casa de um morador próximo ao Polo Petroquímico e não é café. Eu já ouvi falar de carvoaria, já ouvi falar em audiências públicas na questão de... Essa outra imagem aqui, deixar registrado aqui na Câmara Municipal de São Paulo essa situação, que não é café. Acho que, com todo o respeito ao técnico que disse essa metáfora, tem que ficar registrado na história que é uma poluição. E ela me disse que tem um equipamento de 40 anos e me fala que tem a digital, mas hoje temos a tecnologia do DNA e queremos saber o DNA dessa poluição que vem do Polo Petroquímico.

Quando vou na casa da Marisa, pertinho de Capuava, à noite, ela não precisa acender a luz da casa dela porque já existe a iluminação do Polo Petroquímico, uma cor alaranjada. Eu não preciso ir à casa da minha amiga Eneida, na Rua Santo André Avelino, às 20h, porque lá existe um aeroporto, essa pulseira aqui, a questão do barulho chega a 80 decibéis. É um fato, convido qualquer técnico da Cetesb, qualquer técnico que cuida dessa questão ambiental para que conheça a nossa realidade do entorno enquanto morador.

E quero deixar registrada a minha indignação, se o promotor está nessa situação, nessa saia justa, com esse atropelo do Judiciário, imagine nós que somos simples moradores. Não somos contra o fechamento do Polo Petroquímico, o que a população do entorno quer é que trabalhe a questão do meio ambiente equilibrado. Houve a ampliação do Polo Petroquímico e com essa ampliação a população do entorno não ficou sabendo. Então, hoje o que a população do entorno pede? O equilíbrio ambiental, que seja cumprida a Constituição, o artigo 225 da Constituição.

E, para finalizar minha fala, peço aos técnicos do órgão ambiental que dessem uma

lida no artigo 13, do Código Penal. Então, é essa minha fala e quero que seja demonstrada essa situação que os moradores do entorno do Polo Petroquímico vivem diariamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Douglas. Convido a Sra. Carmen, moradora de São Mateus, para fazer uso da palavra.

A SRA. CARMEN – Boa tarde a todos, obrigada pelo convite, reitero minha participação assídua como moradora, há 25 anos, do Distrito de São Rafael. Eu tinha elaborado a minha fala, mas diante do curso da fala dos representantes me dirijo ao Secretário Municipal de São Paulo: São Mateus existe e os moradores de São Mateus, do Parque São Rafael, estão aqui representados.

Tenho participado mais de cinco vezes das reuniões das UBSs e na última reunião foi dito que foi feita uma planilha com os DAs de pacientes internados. Mas também é dito que não há notificação para tireoide, não há esse apontamento. Portanto, representante da CET, que diz que está satisfeita com a fala da representante da Saúde, Sra. Patrícia, os dados são irreais. Nós não sabemos quem são os doentes e quantos são eles, quantas Marias e Josés estão acometidos.

Dizer sobre medicamentos, que é uma amostragem ao que foi dito, primeiro vamos dizer que está desabastecido de remédios e que a população tem as farmácias populares, farmácias dos bairros que comprovam o índice de compra dessas medicações. Pacientes de UBSs, nas unidades básicas, são tratados com químicos e não por endocrinologistas, e quando vão evadem de sua região.

Portanto, precisamos sim, vou dizer por São Mateus, pelo Distrito, aqui por São Paulo, precisamos urgente fazer testes na população para saber quantos e quais são, porque o fato hoje está comprovado, a poluição existe e a doença também. Se é comprovado que daqui para frente estão sendo feitas cobranças, porque havia então atos praticados e há ainda, odor, barulho, sujeira e não é uma colher de café, porque quando a Sabesp esteve conosco, no dia 8 de abril, disse que faria um estudo com a população e que faria transparência. Nos ignorou, não

tem falado mais com a população e com a Comissão que nos representa. A Sabesp, o último dia que esteve conosco foi 8 de abril, e no dia 9 a Recap foi autuada.

Senhores, a população está doente sim e precisamos identificar, porque o passado foi feito e tem poluição, porque se hoje temos tantas cobranças sobre o Polo, não podemos ignorar o que esse passado trouxe de prejuízo à população, à saúde e também aos animais. Não sou formada em medicina, mas posso ver que na minha rua, uma rua estreita com 16 casas, cinco; nas ruas transversais, seis com extração da glândula. Se ampliarmos esse raio, temos cinco UBSs por território no Distrito São Rafael, quantos pacientes estão acometidos e têm a sobrevida reduzida. Isso hoje é necessidade pela saúde dos moradores, por São Mateus e por nossos animais, eu digo: a doença existe e é um fato. Isso precisamos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Carmen, moradora do Parque São Rafael. Próxima, Sra. Julieta Visoni, participante do Fridays for Future e Clima de Mudança, está presente? (Pausa) Próxima, Sra. Rita Lopes Mouro, participante de Vote Nelas Mauá. (Pausa) Próximo inscrito, Sr. Alexandre Lima. (Pausa) Próximo inscrito pelo *site*, Sr. Rodrigo Malafaia, participante da Coalisão Internacional de Estudantes pelo Meio Ambiente. (Pausa) Próximo, Adilson Araújo, participante do Santo Amaro em Ação, Comissão de Direitos Animais, OAB/Santo Amaro. (Pausa) Próximo inscrito, Sr. Sergio Eduardo Courel, participante da Apeoesp. (Pausa) Próximo inscrito, Sr. Gabriel Pires de Araújo, participante de Sustente ABC. (Pausa)

A SRA. BEATRIZ FERNANDES BARBERATO - Sr. Vereador, o meu nome é Beatriz, sou do Fridays for Future São Paulo, estava inscrita para falar, mas no momento estava *off-line*, e gostaria de fazer minha fala agora.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Já retomo para a senhora, só um minuto, só vou seguir a sequência aqui e retomo em seguida após o fim da lista. Próximo inscrito, Sr. Pedro Henrique Fachin, participante do Fridays for Future.

O SR. PEDRO HENRIQUE FACHIN – Eu queria passar a minha fala para a Beatriz.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Está bem, Pedro, a Sra. Beatriz vai falar. Está acabando a lista, próximo inscrito, Sr. Gabriel Pires de Araújo. (Pausa) Então, com a palavra a Sra. Beatriz Fernandes Barberato, participante do Fridays for Future Brasil.

A SRA. BEATRIZ FERNANDES BARBERATO – Gostaria de abrir minha fala fazendo uma pergunta: quanto vale uma vida?

Atualmente, há diversos estudos que foram desenvolvidos e, inclusive, vários cientistas, pessoas com propriedade de fala vieram hoje mesmo trazer sua fala sobre os riscos das emissões dessa Petroquímica. Quantas nuvens de fumaça, quanta poluição essas pessoas têm que passar para terem um espaço para falar neste momento. Pessoas essas que, inclusive, durante o chat, na transmissão do YouTube, não sabiam o que é Apel. Essas pessoas, todos os presentes aqui agora, essas pessoas precisam ser escutadas. As dimensões e os estudos devem ser ampliados, nós precisamos dar voz e espaço à ciência, ao ponto de vários vazamentos de fumaça tóxica, amônia, benzeno, fumaças que podem causar riscos à saúde e levar à morte, como aconteceu com o trabalhador que morreu de leucemia.

A Petroquímica gera emprego? Sim. Mas quanto sustentável realmente é? Quanto vale a vida dessas pessoas que moram em torno dessas regiões? Se precisam de amostras para fazer testes, vão até a casa dessas pessoas, que elas terão o prazer de mostrar o quintal sujo, seus filhos brincando ali com poeira tóxica. Quanto vale a vida dessas pessoas, o futuro dessas crianças? Ao ponto de você não reconhecer mais a sua cidade, de tanta poluição, de luz.

Eu gostaria de terminar a minha fala mostrando a seguinte imagem para os senhores. É nessa situação que as pessoas estão vivendo atualmente. E a pergunta que faço aos senhores e senhoras presentes é: Quanto vale a vida dessas pessoas? Quanto vale o futuro dessas crianças?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sra. Beatriz, pela sua exposição e seu questionamento, com toda a razão.

Próximo inscrito é a Sra. Natália Lozano Altieri.

A SRA. NATÁLIA LOZANO ALTIERI – Boa tarde a todos. Eu acho que a Bia já falou a maior parte, mas eu queria comentar a fala do representante da Cofip, que tentou usar os argumentos de que o Polo Petroquímico usa água potável e que, na verdade, o vapor branco é vapor d'água e que cestas básicas foram distribuídas. Mas de que adianta cesta básica? O valor da cesta básica é menor do quanto a população gasta para limpar o pó preto nas suas casas. E quanto custa um tratamento de tireoidite crônica? É coincidência que todos eles estão com tireoidite? Não, é ciência, são fatos, pesquisas.

Como a Beatriz falou: quanto vale uma vida? Não adianta ficar tentando mostrar dados de quão sustentável a empresa é só para passar numa fiscalização, numa verificação.

As pessoas que estão aqui poderiam estar trabalhando, estudando, mas elas estão aqui falando, e a gente tem que dar valor ao povo. Não é a empresa que está falando que faz x ou y, é o povo que, todo dia, respira pó preto, que sofre de doenças e que não tem nada que receber cesta básica em troca.

Como a pessoa vai sair daquele lugar e morar em outro, se não tem condição? Quanto vale o PIB, o quanto geram emprego essas empresas? Ninguém está tentando acabar com o Polo Petroquímico, a gente só quer o mínimo de humanidade, a gente quer que as pessoas não tenham que sacrificar a sua vida, o seu futuro, para que o Polo continue funcionando. A gente quer o mínimo do mínimo, e é triste que a gente tenha que pedir por isso, é triste que esse pessoal tenha que vir aqui para pedir “Por favor, não quero respirar pó preto”, “por favor, não quero cesta básica, eu quero uma vida digna”.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sra. Natália Lozano. Próximo inscrito é o Sr. Bruno Guilherme dos Santos.

O SR. BRUNO GUILHERME DOS SANTOS – Bom dia, gente. Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade de fala e gostaria de dizer que a gente não pode deixar que a região do ABC se torne a próxima Cubatão.

Está aqui o Sr. Fabio Feldmann, que lutou por aquela população e está disposto a

lutar com a gente novamente, se for necessário; e será necessário. E, com todo o respeito ao representante da Cofip, a gente não está pedindo que a indústria química acabe, mas que vocês respeitem o direito constitucional das pessoas a um meio ambiente saudável.

É possível, sim, aliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade. Com isso, vocês poderiam gerar empregos e rendas a partir das ações que resolveriam os problemas causados pela indústria química.

E a Cetesb: não é admissível que falem dados por conta da falta de material coletado. A gente viu hoje pelas fotos e tudo mais que nós temos, sim, material a ser coletado. Mas falta o quê? Vontade?

As pessoas estão tendo problemas de tireoide nas regiões e a gente sabe que existem pós químicos nocivos que são responsáveis por isso. E não é só a fuligem que incomoda, não é simplesmente carbono orgânico, como foi citado por uma das representantes da Cetesb. Com certeza, são compostos químicos nocivos que estão afetando a saúde da população e nós estamos vendo isso diariamente. Então, isso precisa acabar, as pessoas estão sofrendo e a gente precisa cuidar disso agora, antes que se torne a próxima Cubatão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Bruno Guilherme.

Próxima inscrita: Sra. Vanilza Silva Gomes.

Registro a presença do Vereador Gilson Barreto, membro da Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Próximo inscrito: Sr. Juliano Melo.

Próxima inscrita: Sra. Helena Clarice Felício.

E a última inscrita é a Sra. Eneida, moradora do Parque São Rafael.

A SRA. ENEIDA – Boa tarde a todos. Eu vou “chover no molhado”, repetir o que todo mundo já falou. Mas, Cetesb, é brincadeira. Das coisas que a Cetesb falou aqui, eu não sei se eu dou risada ou se eu choro. Falar que colheu uma colherzinha de café? Puxa, a gente tem um grupo no Facebook com mais de 2 mil pessoas, nós temos um grupo no WhatsApp com mais de

70 pessoas. Eu mesma passei para a Sra. Zuleide tudo o que estava se passando no bairro, e ela não conseguiu uma casa? Diz que conseguiu uma colhezinha? Por favor, gente. Pelo amor de Deus. Isso é tirar um barato com a nossa cara.

Tem o 08000, nós ligamos, várias pessoas ligam, ficam tentando falar alguma coisa e nós somos tratados com deboche, com riso. Quando ligamos, duas horas da tarde, eles vêm aparecer oito horas a noite. Ainda olham pra nossa cara e falam assim: “Não estou sentindo cheiro nenhum”. Infelizmente, não dá para gravar cheiro. Infelizmente, só conseguimos gravar o som insuportável. Eu moro em frente à Braskem, no máximo, a 500 metros. A luminosidade é horrível, o som é péssimo. Eu gravo, que as pessoas falam assim: “Nossa, parece que é o vídeo de ontem”. “Não, não é o vídeo de ontem, hoje é outro vídeo”.

Fumaça. Outro dia falaram da chaminé: “Ah, é fumaça branca”. “Sim, é fumaça branca”. Outro dia falaram para mim assim: “Senhora, a fumaça sai preta porque nós usamos água de reúso”. É mesmo? Poxa, eu não sou estudada, eu não tenho curso de química, eu não tenho curso de nada, mas eu também não sou tão burra, porque, quando eu cozinho um espinafre a fumaça não sai verde; quando eu cozinho beterraba, a fumaça não sai vermelha. Então como que usa uma água de reúso e a fumaça sai preta?

À noite, da minha janela, eu *faço assim*. Eu vejo dois *flares*. E o som, quando você desliga... O seu fogão, o da gente em casa, quando está vazando fás, que não está com a chama acesa, você não escuta o som? Todo mundo escuta. A gente consegue escutar. É o som que eu escuto da minha janela. Eu olho, está apagado, mas está vazando. Tem alguma coisa vazando. Por que eu, da minha casa, que sou uma simples dona de casa, consigo escutar, consigo ver, e por que eles não conseguem ver, não consegue dar solução? Quer dizer, a população todinha vai ter que morrer?

O Sr. Elio falou sobre controle ambiental. Eu vou um pouco mais longe: além do controle ambiental, controle habitacional. A área do entorno do Polo não tem como abrigar mais ninguém. Não tem como ter projeto de prédios – como tem um projeto lá na frente. Não tem como ser aprovado isso, não tem como ter moradia naquele lugar. Quem aprovar aquilo ali é um

insano, me desculpem.

Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – A Sra. Amanda, cidadã da cidade, está presente? Ela havia se inscrito e teve um problema, então eu peço que a senhora tome a palavra. Será a nossa última inscrita. Eu aviso quando faltar um minuto do seu tempo.

A SRA. AMANDA – Boa Tarde.

Quero agradecer todo mundo.

Eu não faço parte de nenhum movimento. Como eu disse, eu sou uma pessoa que pretende defender o direito das outras. E eu gosto e me baseio muito na ciência.

Eu trouxe evidências científicas, artigos científicos da Dra. Martinelli, Nascimento, Pitty e Serra. E nesses arquivos que eles fizeram sobre a poluição ambiental do Polo Petroquímico de Capuava, onde constam informações sobre, sim, a liberação de elementos tóxicos, metais tóxicos, inclusive, níquel e cádmio, que são evidências que eles trouxeram nesses artigos. Então precisamos ir muito longe, podemos procurar na internet estudos que foram realizados sobre a exposição dos seres humanos a esses elementos químicos. E é comprovado já cientificado [a relação desses poluentes] com diversos tipos de doenças. Pode ser que agora não haja muitas pessoas doentes, mas talvez daqui a dez, 30, 20 anos, isso vai acontecer, e um boom muito grande.

Eu penso assim: estamos aqui para fazer o quê? A política, de forma geral, é para defender o direito das pessoas. Temos direito a solo limpo, área limpo, água limpa. E eu acho que antes de pensar...

Por exemplo, a Braskem acabou de anunciar 6 bilhões de dividendos para os seus investidores. Onde está a responsabilidade ambiental em pensar nessas pessoas? Temos uma cama de dinheiro que poderia também ser investido na qualidade de vida que estão ao redor daquela sociedade.

Eu gostaria de citar algumas doenças para as quais há evidência científica [da implicação] do níquel e do cádmio. E eu acho que também seria legal ter outras evidências. Por

exemplo, enfisema, atrofia muscular, problemas ósseos, doença do coração, câncer, alteração hormonal, alteração cognitiva, entre várias outras. É uma gama de doenças que podem ser causadas pelo desrespeito aos direitos humanos e à qualidade de vida. Basta ver as alegações científicas. E aqui no Brasil, por mais que não tenhamos tanto desenvolvimento científico, nós temos universidades excelentes, como a USP, que pode, sim, apoiar, e apoiar, talvez, a Cetesb, em busca de mais comprovações, em busca de mais elementos químicos que talvez estejam lançados ao redor da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sra. Amanda, pela sua participação.

Eu quero dizer a todos que a nossa audiência já bateu as três horas, e temos que devolver o plenário para as próximas audiências que a Câmara Municipal tem.

Abro a palavra para uma saudação final de cada Vereador, cada componente [da Mesa] que está aqui; também ao Vereador que compõe esta Comissão, Vereador da Zona Leste, Gilson Barreto, para que faça uma saudação final.

O SR. GILSON BARRETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, parabenizá-lo, Vereador Alessandro Guedes, por se propor a chamar uma audiência pública tão importante para ouvir os reclamos e a realidade daquela região.

Eu estive às 10h08, acompanhei a abertura, acompanhei pelo zap. Participei das reuniões das quais V.Exa. também faz parte, mas eu os representei nas duas reuniões e agora retornei. A minha assessoria também está acompanhando. Isso é uma questão muito grave, que realmente precisa de um apoio desta Casa. Então é por isso que eu quero parabenizá-lo, bem como os participantes que estão aqui trazendo elementos.

A luta vai continuar, não vai parar por aqui, não.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Gilson Barreto, que faz parte da nossa comissão e participa desta luta conosco.

Muito obrigado pela sua participação *on-line*, e, agora, presencial.

Eu sei que o senhor dividiu o tempo com a CPI da qual eu também faço parte. É importante a sua participação nessa luta.

Rapidamente, para uma saudação final de um minuto, a Sra. Raquel.

A SRA. RAQUEL FERNANDEZ VARELA – Agradeço muito o convite, o movimento e ao senhor, por me convidar para a Mesa. E quero falar da importância da audiência de hoje, porque, para mim, é um divisor de águas – na fala da Cetesb.

Eis que não estávamos loucos – não era a carvoaria e nem o excesso de pizzarias na Avenida do Estado e nem fábrica de pneu clandestino, sempre foi o Polo. E demorou. Demorou porque demorou um ano para a Cetesb nos atender. Os problemas começaram em abril de 2020 com a pandemia. Então são bastante surpreendentes as medidas que foram solicitadas para a Cabo, para a Braskem, para a Recap, para a Oxiteno. Ou seja, eles eram a origem de todos os problemas. Então essa audiência é um divisor de águas. Finalmente, temos culpados.

Obrigada, Vereador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito obrigado, Sra. Raquel, cuja fala se deu criteriosamente em um minuto.

Passo a palavra ao Sr. Geovane Correa, Vereador de Mauá.

Muito obrigado pela presença, Vereador. E parabéns para a cidade de Mauá, que faz aniversário hoje.

O SR. GEOVANE CORREA DE SOUZA – Vereador, eu é que agradeço o convite. É a primeira audiência que eu participo.

Eu me coloco à disposição. Eu o parabenizo pela atitude.

E não tenho dúvida de que ninguém melhor que a sociedade, de quem está em torno daquele problema, como foi relatado, para conhecê-los, diferentemente de alguns técnicos, conforme foi dito aqui pela Cetesb, que às vezes vai lá num momento em que talvez o problema seja menor. Mas basta passarem naquela região, que eu conheço bastante, sou próximo dela, tenho parentes ali em Santo Alberto, Sônia Maria, Ana Maria. Basta passar em algumas ruas e

ver o quanto de anúncio de casas tem à venda naquela local. O que isso significa? E os parentes que eu tenho lá me relatam que é devido aos problemas causados pelo Polo.

Isso demonstra, com muita indignação, essa fala da colher de café é a gota d'água. É um desrespeito, é lamentável ouvir um técnico de um órgão tão importante do Estado falar, acho que isso é debochar. Mas, enfim, estamos aqui para colaborar. Contem com a gente e parabéns pela atitude e participação de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Geovane Correa de Souza, Vereador de Mauá. Quero agradecer a participação e abrir para uma saudação final ao Vereador de Santo André Ricardo Alvarez. Tem a palavra, Vereador.

O SR. RICARDO ALVAREZ – Eu queria parabenizar a presença do colega de São Paulo, Gilson Barreto, que veio prestigiar a audiência; o Geovane Correa de Souza, Vereador em Mauá, importante presença, e apontar, novamente, o acerto da ocorrência desta audiência pública e do avanço que ela promoveu.

Então, está de parabéns o Vereador Alessandro Guedes por mais esta iniciativa em relação à questão do polo. Eu acho que a audiência tem um saldo muito positivo por dois motivos: primeiro, pela qualidade dos participantes, seja dos que fizeram a fala à distância, mas os que fizeram a fala presencial e os ambientalistas, os moradores do local, têm queixas absolutamente procedentes em relação aos infortúnios que o polo causa no entorno em toda a região do grande ABC. Ficou claro, também, que é evidente a responsabilidade do polo. Então, bastaria em vez de o polo negar, na primeira audiência o polo não veio; agora, veio; mas em vez de o polo gastar dinheiro, tentar negar e fazer anúncios nos jornais da região dizendo o quanto está preocupado com o meio ambiente e o social, basta pegar um pouquinho do dinheiro dos dividendos que o polo gerou e gastar um tantinho para defender a população e o meio ambiente. Faria muito mais efeito do que ficar negando ou fingindo que o problema não é dele. Então, a audiência tem um saldo positivo. Tem avanços. A luta continua. E o Polo vai ter que acabar com esse problema mais cedo ou mais tarde, porque a responsabilidade é dele.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Vereador Ricardo Alvarez, que está na luta com a gente desde o início também.

Quero agradecer a todos os participantes que estiveram presentes nesta audiência pública, de forma *on-line* ou presencial.

Como eu havia dito no princípio, tivemos algumas dificuldades para montar esse grupo de trabalho, principalmente, por causa da agenda, porque gostaríamos de ouvir o Secretário de Saúde, como é um problema intermunicipal, de fora da nossa cidade, precisamos do apoio da Secretaria de Estado de Saúde. O próprio Secretário Edson passou pela audiência e disse que a Secretaria Municipal de Saúde já identificou os problemas de saúde ali; a Sra. Patrícia também trouxe elementos inúmeros em relação a isso.

Os próximos passos que daremos será nesse sentido: trabalharmos para incluir a Secretaria de Estado da Saúde nessa temática, nessa luta que estamos travando, todos juntos, mas, também, a partir da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Já temos a autorização do Presidente da Casa para que possamos através de um contrato trazer uma consultoria para nos apoiar neste processo e nesta luta. Esses serão os próximos passos nosso. Estamos trabalhando nomes e fazendo algumas conversas nesse sentido, para que possamos apresentar, em breve, ainda este mês, se possível, nos primeiros 15 dias do mês que vem, o nome e qual parceira vamos promover para um trabalho conjunto com empresa especializada, um grupo, uma ONG, especializada que possa dar esse suporte.

Todos que tiverem interesse podem agregar, de fora para dentro. Os Vereadores Ricardo Alvarez, o Geovane e a Raquel disseram que vão participar. Esse Comitê, de uma forma inevitável, acontece, mesmo se a Secretaria de Estado da Saúde não se envolver, tocaremos sem eles.

Por isso, foi importante a participação do Prefeito de Mauá Francisco Marcelo Oliveira, a quem quero agradecer; a participação do Vereador Giovane e Vereador Ricardo Alvarez; Wagner Lima; Secretário Municipal de Saúde Edson Aparecido; Sra. Sandra Maria Sabino; Magali Antonia Batista; Patrícia Paz Leme; os representantes de Cetesb, Sr. Cristiano

Kenji Iwai, Rafael, João Carlos e Marcelo dos Anjos; Sra. Raquel; Sr. Promotor de Justiça José Luiz Saikali, que trava essa luta há tanto tempo e que nos motiva com sua insistência e persistência em prol de justiça; Sr. Fabio Feldmann, ex-Secretário, ex-Deputado Federal, ambientalista reconhecido com experiência nos assuntos de Cubatão, do Vale da Morte, que agregou e se colocou à disposição para continuar na luta; Dra. Maria Angela Zaccarelli que foi a primeira professora estudiosa a identificar o problema, desde então, quase vinte anos de luta, não desistiu de lutar por aqueles moradores que tanto precisam da sua atuação, contaremos com seu apoio para que possamos chegar ao fim desse trabalho com vitórias que esperamos que aconteçam em favor da população; Sr. Carlos Bocuhy, Presidente da Proam, que fez uso da palavra com muito conteúdo como sempre; Dr. Elio Lopes Santos, ex-Perito do MPF e Ministério Público Estadual, trouxe muito conteúdo técnico do seu conhecimento e de trabalho; precisaremos muito do seu apoio nesta luta que iniciaremos logo após a virada do ano para que tenhamos os resultados desejados; representante da Cofip que apareceu para ouvir as queixas de todos de falaram Sr. Flávio Chantre – enquanto acreditamos e sentirmos que estamos preparados para fazermos uma visita ao local, o faremos para que possamos com os moradores, técnicos, autoridades conhecedoras do assunto, para com o conhecimento técnico poder fazer questionamentos necessários e tirar as dúvidas que temos; agradeço ao público que esteve presente *on-line*; agradeço à equipe de apoio da Comissão e nossa Assessoria; os Vereadores Xexéu, Luana, Danilo e Sandra Tadeu que fazem parte da Comissão.

Declaro encerrada a nossa audiência pública que foi rica, trouxe muito conteúdo.

Temos muito trabalho pela frente.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. MARIA ANGELA ZACCARELLI – Alessandro Guedes, eu queria deixar uma pergunta final para a Sra. Patrícia Salemi, endereçada à Dra. Maria Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Dra. Maria Angela Zaccarelli, endocrinologista, para posicionamento final.

A SRA. MARIA ANGELA ZACCARELLI – Eu queria deixar uma pergunta para a

Sra. Patrícia Salemi, também endereçada para a Sra. Maria Lúcia: se, na pesquisa da Sra. Patrícia Salemi, foram avaliadas todas as apresentações do hormônio tireoidiano – que são catorze – em todas as farmácias ou somente do SUS participaram da pesquisa? Porque são catorze apresentações do hormônio tireoidiano.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Dra. Maria Angela Zaccarelli.

Quero dizer que vou transformar essa pergunta da senhora num requerimento da nossa Comissão, para que seja respondido oficialmente, tanto pela Cetesb quanto pela Dra. Patrícia. Passo para a senhora assim que eu tiver essa resposta.

Eventualmente, o Sr. Lopes e outros membros que participaram desta audiência pública tiverem questionamentos que não foram sanados, eu me coloco à disposição para fazer os devidos requerimentos oficiais, pela Comissão de Meio Ambiente, e eu compartilho todos os questionamentos. As respostas no papel são oficiais e têm um poder muito grande porque são informações que não podem ser omitidas. Ajudem-me nisso, para que a gente pergunte e busque as respostas para essas necessidades.

A SRA. MARIA ANGELA ZACCARELLI – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado a todos.

Tenham uma boa tarde.

Até a próxima.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **18928** DATA: **08/12/2021** FL: **64** DE 65
